



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS — UFAL
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

THALES RODRIGUES SANTOS

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE BULLYING EM ESCOLAS: entre o lugar
e o não-lugar no cotidiano escolar

MACEIÓ - AL
2024

THALES RODRIGUES SANTOS

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE BULLYING EM ESCOLAS: entre o lugar
e o não-lugar no cotidiano escolar

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do título de Licenciado em
Geografia, pelo Instituto de Geografia,
Desenvolvimento e Meio Ambiente, da
Universidade Federal de Alagoas.

MACEIÓ - AL
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

S237u Santos, Thales Rodrigues.
Um olhar geográfico sobre bullying em escolas : entre o lugar e o não-lugar no cotidiano escolar / Thales Rodrigues Santos. – 2024.
52 f.: il.

Orientador: Geraldo Inácio Martins.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 50-52.

1. Bullying. 2. Assédio na escola. 3. Escola – Um olhar geográfico. I. Título.

CDU: 913: 371.8

THALES RODRIGUES SANTOS

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE BULLYING EM ESCOLAS: entre o lugar
e o não-lugar no cotidiano escolar

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
banca examinadora do curso de Geografia,
Universidade Federal de Alagoas, aprovado
em 29 de novembro de 2024.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **GERALDO INACIO MARTINS**
Data: 29/11/2024 11:16:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador — Prof.º. Dr. Geraldo Inácio Martins
Universidade Federal de Alagoas.

Documento assinado digitalmente
 **GILCILEIDE RODRIGUES DA SILVA**
Data: 29/11/2024 18:40:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Interna — Prof.^a Dr.^a Gilcileide Rodrigues da Silva
Universidade Federal de Alagoas.

Documento assinado digitalmente
 **SIMONE AFFONSO DA SILVA**
Data: 02/12/2024 15:57:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Interna — Prof.^a Dr.^a Simone Affonso da Silva
Universidade Federal de Alagoas.

Este trabalho é dedicado a Dona Genilda Rodrigues de Melo, o grande amor da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grato a Deus pelo Seu amor, cuidado e proteção; à minha família, por ter sido tudo o que eu mais precisava; à minha irmã Gessica, por sempre ter sido minha maior companheira de vida, estando comigo mesmo quando nem eu mesmo estava; à minha irmã Angélica, por me fazer sentir que posso ser sempre quem realmente sou; às minhas sobrinhas, Rebeca e Andressa, por me darem motivos diariamente para querer ser alguém melhor; ao meu Gabriel, que para mim é o sol nos dias mais escuros; a todos os meus amigos que me apoiaram e não me deixaram desistir; e ao meu orientador, Geraldo Martins, pois eu jamais conseguiria sem você. Obrigado pelo seu esforço, dedicação e por ser para mim a referência perfeita de professor.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Pertencimento à escola, por coorte Porcentagem de estudantes, por nível de concordância (média internacional) 2022.....	29
Gráfico 02: Gráfico 2: Exposição ao bullying, por coorte e gênero (2022)	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PACER's - National Bullying Prevention Center

SSES - Pesquisa de Competências Socioemocionais

RESUMO

Bullying é sempre uma violência motivada, intencional, cujas causas e consequências são muitas. Ele causa impacto psicológico e emocional às vítimas e, quando ocorre no ambiente escolar, pode também ter consequências negativas sobre o desenvolvimento da aprendizagem. Embora tal prática aconteça em muitos ambientes, o espaço escolar é um dos mais característicos quando refletimos sobre esse tema. Por isso, este trabalho explora a relação entre bullying, lugar e a produção do não-lugar, abordando, portanto, como a escola pode tornar-se um espaço de alienação para certos grupos de alunos. A metodologia empregada recorre a métodos qualitativos, como análises dos dados do Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de dados colhidos em estudos acadêmicos e portais de notícias. Além disso, analisamos a Lei n.º 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), e a Lei n.º 14.811/2024, que inclui o crime de bullying no Código Penal brasileiro. Este estudo argumenta, ao final, que a configuração espacial da escola, bem como as práticas sociais que nela se desenrolam, pode contribuir tanto para a formação do lugar — um espaço de vínculo efetivo — como também de um não-lugar, um espaço de estranhamento. A diferença está no tipo de relação que permeia o espaço escolar, que pode tanto ser saudável quanto violenta. Por isso, pensar as dinâmicas de apropriação do espaço escolar é fundamental para entendermos os processos sociais subjacentes e também criar medidas de intervenção para prevenir e combater as práticas de bullying e evitar que a escola se torne um não-lugar.

Palavras-chave: Bullying. Lugar. Não-lugar. Escola.

ABSTRACT

Bullying is always motivated, intentional violence, with many causes and consequences. It causes psychological and emotional impact on victims and, when it occurs in the school environment, it can also have negative consequences on learning development. Although this practice occurs in many environments, the school environment is one of the most characteristic when we reflect on this topic. Therefore, this work explores the relationship between bullying, place and the production of non-place, addressing, therefore, how the school can become a space of alienation for certain groups of students. The methodology used uses qualitative methods, such as analysis of data from the Report of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), as well as data collected from academic studies and news portals. In addition, we analyze Law No. 13,185/2015, which institutes the Program to Combat Systematic Intimidation (Bullying), and Law No. 14,811/2024, which includes the crime of bullying in the Brazilian Penal Code. This study argues, in the end, that the spatial configuration of the school, as well as the social practices that unfold within it, can contribute to the formation of both a place — a space of effective bonding — and a non-place, a space of estrangement. The difference lies in the type of relationship that permeates the school space, which can be both healthy and violent. Therefore, thinking about the dynamics of appropriation of the school space is essential to understanding the underlying social processes and also creating intervention measures to prevent and combat bullying practices and prevent the school from becoming a non-place.

Keywords: Bullying. Place. Non-place. School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA	3
3 BULLYING E SUAS DELIMITAÇÕES TEÓRICAS	5
3.1 Escolas e bullying: exemplos de escalonamento do problema	6
3.2 Bullying e as dificuldades de delimitação teórica	11
4 ESCOLA E O NÃO LUGAR: as consequências sobre o sentimento de não pertencimento	19
4.1 Lugar, escola e pertencimento	20
4.2 O não lugar	24
5 BULLYING, SUAS MEDIDAS E PREVENÇÕES: o que pode ser feito?	31
5.1 Bullying, o que diz a lei?	32
5.2 Prevenção, Punição e Resultados	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
7 REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

Quando analisamos as variedades de assuntos e problemas que podem ser discutidos no âmbito escolar, deparamo-nos com inúmeros temas importantes que necessitam ser tratados e que contribuirão muito para o desenvolvimento da comunidade escolar. Porém, casos envolvendo bullying muitas vezes são negligenciados. O fato de as pessoas minimizarem o problema, sempre colocando-o como uma “brincadeira”, algo sem importância que não precisa de tanta atenção, a famosa “coisa de criança”, demonstram a necessidade de abordarmos o tema como algo sério; afinal, estamos falando de uma violência que atualmente já se configura como crime no Brasil.

Como um indivíduo que sempre sofreu bullying no ambiente escolar, por razões diversas e algumas vezes até mesmo sem razão alguma, sei da importância de discutir esse tema, uma vez que o bullying não afeta a vítima somente no momento em que a agressão ocorre, mas também acarreta diversas consequências em sua saúde mental, autoestima e, a longo prazo, compromete até mesmo seu desenvolvimento social. O bullying não ocorre apenas na escola, mas em diversos outros contextos sociais, como ambiente de trabalho e até mesmo em redes sociais, que afetam diretamente o relacionamento das pessoas, tornando o fenômeno bullying extremamente complexo, multifacetado e abrangente. Apesar dessa complexidade, neste trabalho, voltamos, especificamente, para o ambiente escolar.

Além disso, abordar a questão do bullying nas escolas vai muito além da necessidade de apenas falar sobre o tema; existem, sim, inúmeras discussões a respeito, porém nem todas estão tratando como ele de fato é. Acredito que, por já ter sido um aluno que sofreu bullying e atualmente estar na condição de professor em formação, abordar esse problema é significativo tornou-se significativo para a minha prática docente.

O maior problema que esse tema enfrenta é justamente o fato de as pessoas não tratarem o bullying como algo realmente sério, que transcende os muros escolares; por ser um tipo de violência que nem sempre está ligada à agressão física, as pessoas têm a tendência de pensar que a vítima está exagerando, nada mais acontecerá e que o agressor é apenas uma criança chamando à atenção.

Outro problema é que, em muitos casos, não existe a possibilidade de a vítima provar que está sofrendo violência, seja porque não ocorreu na presença de testemunhas — afinal, ele não ocorre apenas na escola —, seja devido ao problema anteriormente citado de as pessoas

não enxergarem como sendo uma violência, seja pela falta de entendimento de que aquela situação a torna vítima e, por este motivo, não consegue falar para outras pessoas, pais ou professores por medo de não acreditarem nela. E essa falta de intervenção faz com que a vítima sofra as agressões constantemente em silêncio.

Para entendermos de fato o que é o bullying, precisamos nos atentar aos seguintes pontos: o bullying se trata de um comportamento agressivo rotineiro e repetitivo, cuja intencionalidade é machucar suas vítimas física ou psicologicamente. Além disso, ocorre principalmente entre indivíduos que se encontram em uma posição desigual de poder. Esse tipo de violência pode se manifestar de diversas formas, desde violência verbal, como insultos e situações que coloquem a vítima numa condição de vergonha ou humilhação, violência física, como agressões — socos, empurrões e danos a itens da vítima —, e social, espalhando rumores para isolar a vítima. Todos esses elementos são extremamente problemáticos não só para o desenvolvimento social da vítima como também para o seu desenvolvimento acadêmico, uma vez que vão impactar diretamente a maneira com que esses alunos irão desenvolver suas atividades escolares.

Nesse contexto, essa pesquisa centrou-se na seguinte indagação: de que forma o bullying impacta o sentido de pertencimento dos alunos ao ambiente escolar, transformando-o de um lugar em um não-lugar? Nesse sentido, o objetivo geral é analisar a relação entre o bullying e o rompimento dos vínculos dos alunos com o ambiente escolar, ou como o bullying produz o não-lugar. Além disso, tomamos como objetivos específicos delimitar teoricamente o conceito de bullying, tendo como referência casos concretos noticiados recentemente em jornais; correlacionar bullying com a ideia de não-lugar, ou como o bullying pode quebrar os vínculos dos alunos com o ambiente escolar. E, finalmente, discutir quais medidas estão sendo tomadas para prevenção e punição dessa prática, além de analisar ações que visam minimizar os efeitos dessa violência.

No que diz respeito à Geografia, esse tema ainda tem importância significativa para a área, devido ao seu objeto de estudo conter elementos de análise espacial. A Geografia estuda de que maneira os lugares e espaços, como a escola, a comunidade e o bairro, podem influenciar como ocorrem as interações e comportamentos sociais. E quando voltamos esse olhar para analisar a violência causada por meio das práticas de bullying na comunidade escolar, é exatamente a Geografia nos dizendo que o espaço e lugar estão moldando essa interação. Além disso, a Geografia também está ligada à maneira como diferentes grupos sociais podem se relacionar em determinados lugares e, até mesmo a prática do bullying, pode se ajustar às estruturas espaciais.

Além dessa contribuição à área de geografia, essa pesquisa contribui também socialmente. Isso porque, além da questão óbvia de conscientização e prevenção ao bullying, analisar a manifestação espacial do bullying contribui para a promoção de políticas que combatam tal comportamento, ou para que ele seja reconhecido como um fenômeno específico de uma dada dimensão espacial e que, portanto, requer ações específicas para cada contexto.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada principalmente a partir de leituras de artigos e livros que abordam o assunto das mais diversas perspectivas. Em cada capítulo, foi analisada uma parte do tema proposto e como se davam as suas nuances e abrangências. Obviamente, existem inúmeras maneiras e perspectivas na análise desses dados, mas foi respeitada ao máximo a visão de cada autor e dado utilizado como base ou referencial teórico.

No capítulo 1, analisamos teoricamente o problema do bullying e como a prática do bullying está ativamente ligada ao ambiente escolar com uma frequência maior que a outros ambientes, como casa, trabalho e bairro. Para realizarmos essa análise, foi feita uma pesquisa em alguns meios de comunicação, como sites e jornais, para colher informações e relatos de alunos que passaram por situações de violência causadas pelo fenômeno bullying.

Inicialmente, realizando a busca pelas informações, assistindo às entrevistas veiculadas na internet sobre inúmeros casos de bullying e massacres realizados em escolas, fazendo anotações dos pontos significativos que faziam conexão com o tema para a inclusão no trabalho.

Além disso, também foram analisados, por meio de leitura, os dados da pesquisa de Kass, Evans e Shah (2003, p.11 [tradução livre]), dados esses que nos auxiliam a compreender com mais profundidade as questões voltadas às consequências do bullying, tal como a maneira que ele ocorre e quem são os principais afetados por este problema.

Em seguida, diferenciamos, teoricamente, conceitos de lugar e não-lugar para refletir sobre os processos de deslocamento espacial que as vítimas passam ao sentirem que a escola representa para elas um não-lugar, conforme os conceitos de Marc Augé (2006). No que diz respeito à análise de lugar, abordamos o conceito a partir da obra de Milton Santos (2006. 213) que retrata o lugar mais do que soma de elementos físicos, mas sim de um sistema entre o local e mundo, indivíduo e sociedade.

Através das ideias de autores como Adriana Leite (2018), analisamos a ideia de que como existem diversos fatores que conectam a ideia de não-lugar com as práticas de bullying, ou como um ambiente hostil, isolamento social, experiências não profundas, ausência de

pertencimento e problemas severos na aprendizagem do aluno, somam-se que a vítima de bullying não tenha um bom desempenho acadêmico e não se sinta pertencente à escola.

Para reforçar e dar mais ênfase a essas análises, também utilizamos os dados colhidos por meio da Pesquisa de Competências Socioemocionais (SSES), realizada com base no Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que visa avaliar e entender as habilidades socioemocionais dos estudantes e o nível de desenvolvimento dessas competências em diferentes faixas etárias e contextos educacionais. O relatório investiga como os alunos percebem o bullying e sua manifestação ao longo de suas práticas, além de medir a exposição ao bullying no período de 12 meses em 9 países, trazendo dados importantes para a compreensão do fenômeno.

Para finalizar, na tentativa de verificar as medidas de combate ao bullying, analisamos a Lei nº 13.185/2015 que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Ao mesmo tempo, discutimos a inclusão do artigo 146-A ao Código Penal, que configurou a criminalização da prática de bullying e cyberbullying no país.

No último capítulo, também abordamos o papel da escola nessa discussão no combate ao bullying, deixando claro que uma escola ativa é importante, mas é preciso ver o bullying como um fenômeno multiescalar, uma vez que ele ocorre em outras esferas e, ainda que ocorra no ambiente escolar, a escola tem outros papéis a cumprir, como a questão do ensino-aprendizagem. Afinal, é para isso que ela foi instituída e deve cumprir seu papel principal, uma vez que nenhuma outra instituição poderá fazê-lo por ela.

3. BULLYING E SUAS DELIMITAÇÕES TEÓRICAS

Mesmo ocorrendo na maioria das vezes em locais frequentados por uma significativa concentração de crianças e jovens, o bullying está longe de ser apenas um problema restrito à infância e à adolescência, mas, é mais comum ou tem mais destaque quando ocorre entre adolescentes e em escolas.

Porém, os espaços onde ocorrem o bullying são multivariados, ocorrendo em outros lugares, por exemplo, nas ruas, vizinhança e até mesmo em suas próprias casas. Afinal, a família pode ser entendida como uma primeira introdução do ser humano na sociedade, o primeiro contato que a criança ou adolescente vai ter com a cultura e pensamento de um determinado grupo. E mesmo se esperando da família cuidado, exemplo, conselhos, e intimidade, enfim, afetos; isso pode não ocorrer e prejudicar a visão de convívio e respeito na sociedade porque, às vezes, as famílias são os primeiros espaços de violência e bullying.

Mas afinal quem são e onde estão essas vítimas do bullying? E o que acontece com seus agressores, que frequentemente são pessoas próximas e de convívio diário, como um colega de classe ou até mesmo um familiar? O que caracteriza o bullying? De um lado a palavra bullying tornou-se plástica demais, incluindo em seu escopo questões como conflitos simples entre duas crianças até conflitos mais amplos, violência física, por exemplo. Isso cria uma necessidade imperativa: demarcar teórica e empiricamente o conceito de bullying.

Este capítulo foi escrito com objetivo de demarcar teoricamente o conceito de bullying, tipificando as características e limites. Para isso, inicialmente, recorreremos a alguns casos típicos de bullying no intuito de demonstrar a natureza do problema. Em seguida, discutimos o conceito mais detidamente.

Embora o bullying não se restrinja às escolas, estes são espaços em que ocorrem muitas manifestações desse fenômeno. Portanto, focamos aqui nos espaços escolares, dada a quantidade significativa de tempo que os jovens passam lá e a ampla interação social. Na escola, os jovens estão em diferentes fases, idades e etapas da vida, influenciados por padrões de beleza, status e comportamento impostos pela sociedade. Um grupo dominante reafirma e dita esses padrões, estabelecendo uma norma de normalidade e excluindo aqueles que não se enquadram nela, causando sofrimento e exclusão.

Ao abordarmos o tema do bullying, a intenção é aumentar a conscientização sobre esse problema, destacando os efeitos negativos da prática, indicando a necessidade de ações preventivas para combatê-lo. No trabalho, além de lidar com casos individuais, buscamos

contribuir para a construção de uma mudança social, visando uma sociedade mais compassiva, segura e inclusiva.

3.1 Escolas e bullying: exemplos de escalonamento do problema

As escolas, por concentrarem uma considerável quantidade de crianças e adolescentes que, às vezes, não conseguem lidar perfeitamente com impulsos, conflitos, personalidades e sentimentos e, em outras ocasiões, carecem de uma orientação adequada, podem levar alguns indivíduos a canalizar essas emoções negativamente, tornando colegas alvos de violência física, humilhações e isolamento. Talvez isso ocorra devido a experiências semelhantes vividas em casa, replicadas na escola, ou simplesmente porque não se sentem à vontade no ambiente escolar, usando a violência como uma forma de expressar esse desconforto.

Diversos casos envolvendo violência e bullying são relatados nas escolas do país, variando em gravidade e escalas de agressão. No entanto, todos compartilham uma característica comum: a presença constante da violência escolar constante, mas sem que dê os devidos créditos a tal processo, ou porque não se considera como violência ou porque se minimiza o impacto dela. Essa percepção persiste até que ocorra uma ação extrema, geralmente envolvendo violência física ou morte, uma vez que outras formas de violência, como as verbais e psicológicas, são frequentemente minimizadas ou consideradas algo menos grave do que violência de fato.

Um exemplo claro é o caso que ocorreu na capital paulista, que recebeu uma significativa atenção da mídia, órgãos da educação e justiça, depois que um aluno de apenas 13 anos matou uma professora. Além disso, feriu outras cinco pessoas na escola estadual na Vila Sônia, Zona Oeste de São Paulo. O agressor, neste caso um pré-adolescente de apenas 13 anos, era estudante do oitavo ano da escola, após matar a professora foi desarmado por outros professores, que contornaram a cena do crime até a chegada dos policiais.

Numa entrevista, uma mãe de estudante informou a imprensa que anteriormente havia acontecido o que ela denominou de “brigas pesadas” e concluiu que já era esperado que algo nessa proporção fosse acontecer (G1 2023). Este relato mostra que o bullying é processual, quer dizer, não é um acidente isolado, mas o resultado do acúmulo de violência menores.

Nesse caso em particular, o autor do ataque, há cerca de uma semana, havia prometido se “vingar” de um colega devido às ofensas raciais (o agressor havia chamado um aluno negro de “macaco”). Naquele mesmo dia, iniciou-se uma discussão que, posteriormente, evoluiu para

uma agressão física. A professora interveio para impedir as agressões físicas, mas ela também se tornou alvo da “vingança”.

Alguns alunos que estudavam com ele na mesma classe, relataram ao jornal O Globo, que o agressor possuía uma vasta coleção de fotos e vídeos de massacres em seu celular. Segundo os relatos dos próprios alunos, o estudante responsável pela morte da professora também reclamava de sofrer bullying dos colegas. Este caso revela que toda violência possui uma origem, demonstra também que tanto vítimas quanto agressores sofrem as consequências do bullying na escola. Embora os alunos estejam na posição de vítimas, eles reconheceram que seu agressor também passou por situações de violência, e que colaborou na criação de um ciclo constante de violências.

Outro exemplo que podemos citar de prática violenta em escola seria o que ocorreu também no estado de São Paulo, em 13 de março de 2019, na cidade de Suzano. Um homem e um adolescente invadiram uma escola municipal e mataram sete pessoas. Desse número, cinco eram alunos e as outras duas vítimas eram funcionárias da escola. Logo após os assassinatos, um dos criminosos atirou no comparsa e em seguida se suicidou. Os assassinos, ambos ex-alunos da escola, tinham 17 e 25 anos.

Conforme as informações dos policiais, os atiradores entraram na escola e começaram atirando na coordenadora pedagógica. Em seguida, atiraram em outra funcionária. No momento da invasão, a escola estava no horário do lanche, e ambos se dirigiram até o pátio para fazer mais vítimas, atirando em mais quatro alunos, todos do ensino médio (G1, 2019).

Algumas horas antes de se dirigirem à escola para realizar o massacre, os dois atiradores haviam assassinado o proprietário de um comércio de veículos na cidade, que também era tio de um dos autores do ataque. Isso evidencia que a violência que começa a ser manifestada na escola não está limitada a esse ambiente. Se não for tratada adequadamente, ela pode se estender para outras esferas da vida desses indivíduos, comprometendo não apenas a vida escolar, mas também afetando grupos como a família e a sociedade.

Outro ponto bastante significativo foi a grande quantidade de ataques realizados ou anunciados em várias escolas em todo o país no ano de 2023, após o ataque a uma creche em Blumenau (SC), que vitimou quatro crianças no dia 5 de abril de 2023. Isso trouxe uma estatística alarmante: somente entre os anos de 2022 e 2023, o número de ataques em escolas no Brasil superou o total registrado nos 20 anos anteriores, segundo os dados da BBC News Brasil (BBC News Brasil, 2023).

Todos esses ataques às escolas acabaram se tornando tema de um relatório entregue ao governo Lula, no período de transição, no final do ano de 2022. Segundo o relatório, intitulado

“O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil - ataques às escolas e alternativas para a ação governamental”, foram evitados 34 ataques a escolas no Brasil entre 2012 e 2022, 22 deles somente no ano de 2022. Dos ataques evitados, oito tinham como alvos escolas em Goiás e quatro em Minas Gerais.

Aliás, o Relatório faz referência explícita aos ataques em escolas nos EUA. Embora o problema dos ataques em escolas seja recente no Brasil, ele tem uma longa história naquele país, e somente em 2022, os ataques mataram 185 pessoas. Por isso, há mais estudos e dados consolidados sobre o tema no país do que no Brasil, tanto pela escala quanto pela historicidade dos ataques em escolas, muitos deles motivados por bullying. Porém, é preciso esclarecer que nem todo ataque às escolas tem relação com o bullying; há motivações religiosas, políticas, entre outras. Nem toda prática de bullying leva, conseqüentemente, a massacres.

No entanto, os dados da pesquisa de Kass, Evans e Shah (2003, p.11 [tradução livre]) referentes, sobretudo, aos EUA, dão indícios das conseqüências de tal prática sobre a vida de agressores e agredidos. O primeiro dado relevante diz respeito ao comportamento antissocial dos agressores, que não se restringe às escolas,

[...], mas continua em outros ambientes e na idade adulta. Aproximadamente 60% dos meninos classificados pelos pesquisadores como agressores nos sextos ao nono anos foram condenados por pelo menos um crime até os 24 anos, em comparação com apenas 23% dos meninos que não foram caracterizados como agressores ou vítimas. Ainda mais dramático, 40% dos meninos que foram agressores, em comparação com 10% daqueles que não foram nem vítimas nem agressores, tinham três ou mais condenações até os 24 anos.

Os autores acrescentam ainda que:

Para muitas vítimas de bullying, o impacto pode ser extremamente grave: (i) em um estudo conduzido na Austrália, seis por cento dos meninos e nove por cento das meninas relataram faltar à escola para evitar o bullying; (ii) em uma revisão realizada por pesquisadores britânicos, cada um dos dez estudos sobre bullying revelou níveis mais elevados de depressão entre os jovens que foram vitimados por seus pares; (iii) em um estudo realizado na Finlândia, meninos que eram frequentemente intimidados tinham mais de cinco vezes mais chances de apresentar depressão moderada a grave e quatro vezes mais chances de terem pensamentos suicidas do que aqueles que não eram intimidados. Enquanto isso, meninas frequentemente intimidadas tinham mais de três vezes mais chances de apresentar depressão moderada a grave e oito vezes mais chances de terem pensamentos suicidas (Kass; Evans; Shah, 2003, p.11 [tradução livre]).

Um último conjunto de dados chama atenção, aquele referente à posição do bullying entre outros problemas graves:

Em uma pesquisa encomendada pela Fundação Kaiser Family, mais crianças de oito a 15 anos escolheram provocação e bullying como “grandes problemas” do que aqueles que escolheram drogas ou álcool, racismo, AIDS ou pressão para ter relações sexuais. Surpreendentemente, **mais afro-americanos consideraram o bullying um grande problema para pessoas da sua idade do que aqueles que identificaram o racismo** como um grande problema. (Kass; Evans; Shah, 2003, p.10 [tradução livre]).

Não existem pesquisas ou dados semelhantes para o caso brasileiro, mas os dados indicados por Kass, Evans e Shah (2003) ajudam-nos a compreender as consequências do bullying a curto e médio prazo.

Recentemente, a facilidade de acesso à internet e a capacidade de manter o anonimato online contribuem para a propagação e escalonamento do bullying. O bullying cibernético, muitas vezes conhecido como cyberbullying, refere-se ao uso da tecnologia para assediar, intimidar, difamar ou ameaçar alguém. Com a proliferação das redes sociais, mensagens instantâneas e outras plataformas online, o bullying cibernético tornou-se mais prevalente, afetando pessoas de todas as idades.

A exposição constante a mensagens negativas, ameaças e difamação pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e até mesmo pensamentos suicidas. A sensação de isolamento e impotência pode agravar ainda mais esses problemas, criando um ciclo vicioso. Kowalski, Limber e Agatston (2012) apontam que uma das formas mais conhecidas do cyberbullying é a ameaça, que se caracteriza pelo envio repetitivo de mensagens ameaçadoras ou intimidadoras constantemente. Os autores indicam também a provocação incendiária, cujas discussões têm leuso de linguagem vulgar e ofensiva se iniciam de forma online, e acabam por se propagar de forma rápida tanto no meio virtual quanto no real, por exemplo, uma discussão que se inicia em um site de relacionamento e passa para dentro da sala de aula.

Kowalski, Limber e Agatston (2012) indicam que outras formas de cometer cyberbullying estão ligadas à identidade virtual, como no caso do roubo de identidade, no qual o agressor se faz passar por outra pessoa na internet, usando seus dados pessoais, como conta de e-mail e redes sociais, com o intuito de constranger e gerar danos. A violação da intimidade, que se caracteriza pela divulgação de segredos, informações e imagens íntimas ou comprometedoras da vítima, são as principais consequências.

Presencial ou virtual, o bullying é sempre uma forma de violência motivada. As motivações são variadas, e mais uma vez os dados divulgados pela National Bullying Prevention Center - PACER's, entidade de pesquisa e combate ao bullying nos Estados Unidos nos ajudam a entender a natureza do problema: (i) crianças com deficiências são duas a três vezes mais propensas a serem vítimas de bullying do que seus colegas sem deficiência; (ii) A Sociedade Nacional do Autismo dos EUA relata que 40% das crianças com autismo e 60% das crianças com síndrome de Asperger já foram vítimas de bullying; há a normalização do bullying (iii) já que quase o dobro das crianças em educação especial foram orientadas a não delatar os agressores (PACER's, 2024, online).

Tendo como referência os dados do Centro Nacional de Estatísticas Educacionais, (2019), a PACER's (2024, *online*) informa ainda que um em cada cinco (20,2%) estudantes relatam ter sofrido bullying; um percentual maior de meninos do que meninas relatam ter sido fisicamente intimidado (6% x 4%), enquanto mais meninas relataram ser alvo de rumores (numa proporção de 18% x 9%) e serem excluídas de atividades de propósito (comparativamente, meninas 7% e meninos 4%). Entre as razões mais frequentes para o bullying estão: aparência física, raça/etnia, gênero, deficiência, religião e orientação sexual. Quanto ao cyberbullying: (i) um em cada cinco (20,9%) entre os pré-adolescentes (9 a 12 anos) foi vítima, ou praticou, ou testemunhou cyberbullying.

Quanto aos efeitos deletérios do bullying e tendo como referência os dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA, (2019), a PACER's (2024, *online*) informa que os estudantes que sofrem bullying têm um risco aumentado de depressão, ansiedade, dificuldades para dormir, baixo desempenho acadêmico e abandono escolar. Quando comparados com as crianças que não sofreram bullying, as que sofreram e praticaram têm maior risco de problemas de saúde mental e comportamentais do que os alunos que apenas praticam bullying ou são apenas vítimas de bullying.

A Pesquisa Nacional Bienal sobre o Clima Escolar documenta os desafios únicos enfrentados pelos estudantes LGBT e identificado intervenções que podem melhorar o clima escolar. A pesquisa documenta a prevalência de linguagem anti-LGBT e vitimização, como experiências de assédio e agressão na escola. Além disso, a pesquisa examina políticas e práticas escolares que podem contribuir para experiências negativas para estudantes LGBT, fazendo com que eles sintam que não são valorizados por suas comunidades escolares.

Além disso, a pesquisa também explora os efeitos que um clima escolar hostil pode ter nos resultados educacionais e no bem-estar dos estudantes LGBT. Por exemplo, na pesquisa de 2013, examinaram-se as experiências de estudantes LGBT em relação a indicadores de clima escolar negativo. Entre as respostas mais comuns destacam-se (i) ouvir comentários tendenciosos, incluindo comentários homofóbicos, na escola; (ii) sentir-se inseguro na escola devido a características pessoais, como orientação sexual, expressão de gênero ou raça/etnia; (iii) faltar aulas ou dias de escola por razões de segurança;

É importante salientar que nos casos mencionados acima, mesmo que alguns se pareçam bastante com situações de preconceito (raça e etnia, por exemplo), eles podem se originar, desenvolver ou até mesmo se intensificar devido à prática de bullying, que pode evoluir e culminar em situações extremas, envolvendo a segurança e a vida dessas pessoas. Isto é, o

racismo pode amplificar as práticas de bullying, da mesma forma que a homofobia e as deficiências físicas. Um problema não anula ou outro; ao contrário, qualifica-o e escalona-o.

No Brasil, há uma preocupação política com o bullying. Tanto é que o projeto de lei que institui a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e promove alterações significativas no Código Penal, na Lei dos Crimes Hediondos e no Estatuto da Criança e do Adolescente, criminalizando, por exemplo, as práticas de bullying e cyberbullying (Agência Senado, 2024), conforme veremos no capítulo 4.

3.2 Bullying e as dificuldades de delimitação teórica

O termo “bullying” está relacionado diretamente a palavra inglesa “bully”, que historicamente trazia um significado de “valentão” ou alguém que causava “intimidação” nos outros de uma forma persistente. Com o passar do tempo, a conotação da palavra evoluiu para descrever comportamentos agressivos e intimidadores. Modernamente, a palavra bullying circunscreve uma diversa variedade de comportamentos, que incluem desde agressões físicas, verbais e sociais. Além disso, surgiram outras classificações como o cyberbullying, que ocorre no ambiente online permitindo que os agressores sejam menos punidos uma vez que é mais difícil localizar quem comete esse tipo de violência. Há ainda uma questão mais atual que é o bullycídio.

Caracterizar práticas e formas de manifestação do bullying tornam-se cada vez mais necessárias, considerando a dificuldade de tipificá-lo, isto é, as dificuldades em discernir entre a mera violência e bullying nas suas mais variadas manifestações. Bullying e violência são termos paralelos, mas não se confundem graças às formas como se manifestam no cotidiano. Afinal, o que para muitos pode ser descrito como uma simples “brincadeira” pode ser o catalisador para inúmeros e irreversíveis traumas na vida de uma vítima.

Bullying é um comportamento repetitivo, intencional e agressivo, realizado por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, cujo objetivo é prejudicar, intimidar ou causar desconforto à vítima, que nesses casos geralmente possui menos poder ou recursos para se defender. Esse comportamento pode assumir diversas formas de manifestação como violência, física, verbal e social ou até mesmo cibernética (cyberbullying), utilizando meios eletrônicos para atingir o seu objetivo. Fante (2005, p. 28 – 29. [Grifos nossos]), sintetiza o conceito internacional de bullying:

Por definição universal, **o bullying é um conjunto de atitudes agressivas intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente**, adotado por um ou mais alunos contra outro (s), causando dor, angústia e sofrimento, insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações, que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos morais e materiais são algumas das manifestações de comportamento do “bullying”.

O que claramente nos mostra que o bullying é não apenas uma das muitas formas de manifestações de violência, mas ligado ao contexto social e espacial determinado, e está diretamente ocorrendo em diversos lugares para além das escolas, fugindo dessa ótica de que muitas pessoas construíram de minimização da prática dessa violência.

O bullying é uma prática de violência que envolve várias camadas e acarreta consequências graves para a vida e desenvolvimento das vítimas. Além da violência física, os agressores afastam cada vez mais as vítimas de outras pessoas que poderiam oferecer ajuda. Isso ocorre porque os sentimentos e estados psicológicos das vítimas também são afetados, resultando em inseguranças e uma sensação de afastamento não apenas das pessoas, mas também de não pertencimento ao ambiente onde ocorrem essas práticas.

Segundo Smith e Morita (1999), o bullying pode ser entendido como uma subcategoria de comportamentos associados à agressividade, apresentando graus nocivos. Em quase todos os casos, a vítima, sendo o centro dessas agressões, não consegue se defender. Os autores do bullying se apropriam de situações como essa para obter desde uma gratificação emocional até benefícios físicos das vítimas, como se apropriar de dinheiro e objetos, ou até mesmo concretizar a falsa ideia de hierarquia em seus grupos, para a construção de uma posição de popularidade.

As ações envolvendo as práticas de bullying seguem um modelo muito similar presente em qualquer outro tipo de violência. É indiscutível que a figura que comete a violência, seja ela física, verbal ou até mesmo psicológica, busca solidificar-se como um indivíduo superior. No entanto, no bullying, além desse traço do agressor, há a característica das vítimas não conseguirem, por motivos diversos, que variam desde cultura, deficiências, raças, orientação sexual ou até mesmo por não se sentirem parte daquele espaço, a incapacidade de se defenderem diante das agressões.

Por isso, Constantini (2004, p. 69) faz referência ao que seriam características das práticas de bullying:

As ações realizadas por intermédio do bullying são verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças, que sistematicamente, com violência física e psicológica, são repetidamente impostos a indivíduos mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que os leva a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização.

A regularidade da violência, portanto, é o que o bullying e, ao mesmo tempo, diferencia de outros tipos de violência, uma vez que, no bullying, uma mesma vítima pode ser perseguida por um ou mais agressores durante várias vezes, ou anos. Tal como acrescenta Farrington (1993, p.381 [tradução livre]), o bullying é uma “opressão repetida, de natureza física ou psíquica, de uma pessoa com menos poder, por outra com mais poder”. Segundo o autor, seis elementos centrais caracterizam o bullying e o diferencia da simples violência:

1. Práticas de agressão física, verbal ou psicológica (intimidação);
2. O agressor é um indivíduo mais forte ou pelo menos é considerado e visto pela vítima dessa maneira;
3. Existe uma intenção de causar medo e/ou dor a vítima;
4. As agressões não são provocadas pelas vítimas;
5. As agressões são cíclicas e repetidas;
6. E os agressores têm fortes chances de alcançarem o resultado desejado.

Considerando, portanto, o tempo e a regularidade das agressões são dois elementos que diferenciam o bullying da simples violência, então quanto maior o tempo e a regularidade das agressões mais graves são os efeitos. O medo, assim como a tensão e até mesmo a preocupação com a própria imagem, pode comprometer o desenvolvimento acadêmico e social, além de aumentar ou desenvolver questões emocionais, como ansiedade, insegurança e uma visão negativa de si mesmo (conforme os dados apresentados no item anterior).

Conforme Kass, Evans e Shah (2003, p.8 [tradução livre]) argumentam que “bullying não é uma briga física entre dois jovens de força aproximadamente igual, que estão zangados um com o outro e ainda não aprenderam a resolver suas diferenças sem violência”. Bullying também não é uma “brincadeira amigável e recíproca que às vezes ocorre entre amigos” ele é violência intencional e repetida que tem como foco uma pessoa ou grupo, cujas “consequências [podem ser] terríveis tanto para as vítimas quanto para os agressores”. Tudo se torna ainda mais grave, argumentam os autores, “porque pesquisas mostram que existem maneiras eficazes e relativamente baratas de reduzir o bullying”.

Em sentido complementar, Rigby (2006) coloca ainda mais duas características subjetivas para caracterização do bullying. A primeira diz respeito à satisfação do agressor ao impor ou condicionar sofrimento ao outro. Em segundo lugar, a sensação de opressão que acomete a vítima. Isso pode levar ao desenvolvimento de uma necessidade de evitar o ambiente escolar, ou qualquer outro onde o bullying possa ocorrer, afetando também o convívio social, numa tentativa de prevenir futuras agressões. Entre as principais consequências dos casos de

bullying estão evasão escolar, ansiedade, ataque de pânico, depressão e alguns casos mais extremos o suicídio.

As novas tecnologias impactam profundamente os limites e as práticas de bullying. As violências que antes se limitavam a ocorrer apenas de maneira presencial nas escolas, agora ultrapassam esses limites e atingem suas vítimas de maneiras distintas e até mais rápidas. Essas formas de violência, em proporções muito mais abrangentes e ágeis do que antes. Conforme aponta Silva (2010, p. 24):

Os avanços tecnológicos também influenciaram esse fenômeno típico das interações humanas. Com isso novas formas de bullying surgiram através da utilização de aparelhos e equipamentos de comunicação (celular e internet), que são capazes de difundir, de maneira avassaladora, calúnias e maledicências. Essa forma de bullying é conhecida como cyberbullying.

No bullying convencional, aqueles indivíduos que assistem à vítima sofrer violências e humilhações, se caracterizam por um grupo limitado de pessoas, que se fazem presentes de maneira física no local onde a violência ocorre. Enquanto no cyberbullying o número de pessoas pode aumentar significativamente, podendo abranger toda a internet. Nesses casos, não existe uma limitação seja de tempo ou mesmo de espaço, para que qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo possa ter acesso às ofensas e humilhações sofridas pelas vítimas.

Não existe um lugar onde a vítima possa se refugiar, nem mesmo sua casa, ou seu quarto são vistos como um lugar seguro para fugir, mesmo que temporariamente, uma vez que quando publicados na internet, esses atos, ofensas e toda a exposição são constantes.

Em contrapartida, existe uma problemática ainda maior para a vítima que é o anonimato, já que ao contrário do bullying tradicional, no cyberbullying, nem sempre é possível identificar o agressor, ou os agressores, tornando mais complexa a possibilidade de acionar ajuda ou recorrer a métodos pré-existent, por exemplo, ir a uma delegacia de crimes virtuais. Estudos realizados por Kovalski (2007), nos Estados Unidos, demonstram que cerca da metade dessas vítimas de cyberbullying relataram não saberem a respeito da identidade física ou eletrônica do agressor, representando um significativo problema no combate a esse tipo de prática.

Por esta razão, no que diz respeito ao anonimato, é fácil para o agressor criar e administrar perfis falsos para ofender e insultar suas vítimas nas redes sociais. E mesmo que essa vítima saiba qual a origem dos insultos, o fato de não ter como evidenciar isso, torna a resolução do problema uma realidade distante, exceto se se busquem alternativas, como o atendimento em órgãos legais responsáveis por averiguar crimes como esse (Fante; Pedra, 2008).

De maneira geral, essa manifestação de bullying tem se tornado mais significativa justamente pela facilidade de acesso às mídias de comunicação na internet, meios esses que tendem a facilitar a troca dessas informações de maneira mais rápida e simples (Oliveira *et al.*, 2015).

Acima de tudo, uma das consequências mais danosas do cyberbullying é a impossibilidade de ser esquecido, já que, quando um vídeo, por exemplo, é lançado em ambiente virtual, ele pode permanecer lá por muito tempo ou nunca ser retirado. Um ato de violência torna-se reiterado no ambiente virtual, fazendo com que a vítima sofra as consequências de modo contínuo e permanente, seja por meio de montagens, vídeos, perfis falsos, fotos, entre outros.

Este é um ponto de grande importância para a vítima desse tipo de violência, uma vez que, dependendo do grau e da proporção que essa exposição na internet toma, ela pode acarretar diversas complicações na vida virtual, social e física da vítima, levando-a a evitar a presença virtual para se proteger dos agressores e da intensificação das práticas de violência. Isso pode causar fobias sociais, problemas de relacionamento com outras pessoas e até mesmo dificultar a obtenção de posições profissionais.

Podemos destacar os dados obtidos por duas pesquisas realizadas no Brasil, as quais evidenciam e quantificam ocorrências de práticas do cyberbullying, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste. Na região Sudeste constatou a predominância de 40% de cyberbullying entre estudantes na faixa etária dos 13 e 15 anos. Enquanto em outra pesquisa que envolveu 273 estudantes na região Sul do Brasil, chegou à conclusão que cerca de 58% desses alunos esteve de maneira direta ou indiretamente envolvida em situações e casos de cyberbullying, número que representa mais da metade dos estudantes. (Revista de Psicologia, 2022)

Esses dados retratam a força do bullying no período contemporâneo. Além disso, eles podem servir de base para formas futuras de prevenção tanto do bullying presencial quanto online, e para impedir que surja novos agressores, uma vez que ser uma testemunha de cyberbullying pode acabar contribuindo para que aquele indivíduo que até então só assiste, no futuro, acaba por reproduzir e perpetuar esses modelos de violência (Revista de Psicologia, 2022).

O fato é que nossos hábitos, costumes e comportamentos tendem a sofrer modificações devido ao desenvolvimento de novas tecnologias, mesmo que às vezes seja difícil identificar e perceber que algumas dessas tecnologias podem ter um impacto mais significativo que outras na vida e no cotidiano das pessoas, influenciando desde a maneira como pensamos até como nos relacionamos com outras pessoas e como percebemos o mundo.

Assim como no período da Revolução Industrial, que resultou em um vasto processo de mudanças e na modernização do homem no século XIX, podemos citar atualmente a chamada Revolução da Internet, que desencadeia um significativo processo de mudanças e transformações, contribuindo para o desenvolvimento do homem do século XXI. Uma das questões que a sociedade contemporânea enfrenta é exatamente o impacto que as redes sociais causam nas pessoas. Enquanto os usuários dessas redes se relacionam mediante páginas e perfis para publicação de fotos, textos e vídeos, que possibilita uma sensação de inclusão social, criação de conteúdo e compartilhamento de opiniões em tempo real; esses mesmos mecanismos de socialização, porém, podem ser transvestidos em prática de violência virtual (violência costumeira, cíclicas e repetitivas, cuja intenção é causar medo e dor às vítimas).

A partir da utilização da internet e dos computadores, criando que Pierre Lévy (1999) define como ciberespaço e cibercultura, um esquema consolidado nas novas formas e meios de comunicação surgiram. O cyberbullying é uma consequência deletéria deste ciberespaço. O acesso facilitado à internet facilita esse processo já que conforme aponta Mason (2008), a cada dez (10) adolescentes, oito (08) usam a internet em casa.

Segundo Prados (2006), a internet desperta em parte dos jovens a sensação de que não existem regras para regular suas vidas no ambiente virtual, o que pode levar a uma sensação de poder e autonomia que pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal. Além disso, causa um distanciamento entre a vítima e o agressor, que se sente seguro por não precisar enfrentar cara a cara o alvo das agressões, resultando em consequências terríveis para quem sofre as agressões.

No contexto escolar, o bullying restringe o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento dos jovens, que não se sentirão confortáveis para aprender em um ambiente em que são constantemente agredidos, seja psicologicamente ou de qualquer outra forma. Por isso, quando o bullying acontece, o agressor que tende a cometer os atos de maneira intencional e repetitiva, termina por intimidar a vítima, fazendo-a com que ela fique cada vez mais abalada, desenvolvendo inúmeros tipos de problemas.

Entre estes problemas está a dificuldade de aprendizagem, em muitos casos, as vítimas simplesmente podem parar de questionar ou perguntar durante as aulas quando tiverem alguma dúvida, devido ao medo de serem expostas a uma situação de humilhação e serem ridicularizadas. Podem ocorrer também casos em que a vítima manifeste o desejo de trocar de escola, para não mais conviver com seu agressor, ou até mesmo em casos mais extremos, abandonar o ambiente escolar para não vivenciar as violências sofridas.

Dessa forma, Carpenter e Ferguson (2011) afirmam que o bullying afeta diretamente o desenvolvimento escolar.

O bullying afeta diretamente o desenvolvimento escolar de uma criança. Por ser constantemente maltratada, concentra suas forças em encontrar alternativas para escapar do sofrimento. Vive em estado de alerta e suas únicas preocupações passam a ser controlar suas emoções, evitar os bullies e chegar à casa em segurança. Estudar deixa de ser prioridade, não consegue se concentrar nas aulas, evita participar dos trabalhos em grupos e das atividades extracurriculares. Quando suas notas começam a cair, os pais e professores começam a pressioná-la, seus níveis de estresse se elevam ainda mais. Em muitos casos, acaba sendo reprovada e até desiste de estudar. É lamentável constatar que um bully tem o poder de ameaçar o futuro educacional e as oportunidades de vida de uma criança. Ao se sentir humilhada e perder a autoestima, ela pode deixar de aproveitar oportunidades que lhe dariam melhores empregos e uma carreira de sucesso. (Carpenter; Ferguson, 2011, p. 124).

Mas não é apenas o rendimento escolar das pessoas que são vítimas do bullying que pode ser comprometido. Para esses alunos, o ambiente escolar não se trata mais de um lugar de aprendizagem e estudo, mas sim de medo, aflição e sofrimento ou um não lugar, conforme veremos no capítulo 2.

Conforme Carpenter e Ferguson (2011), os alunos podem desenvolver problemas a curto prazo, sendo os mais comuns a ansiedade e o medo, e a longo prazo, questões ainda mais preocupantes como a depressão, baixa autoestima e o comprometimento no desenvolvimento escolar.

Visando auxiliar as vítimas do bullying, é necessário pontuarmos o papel do professor enquanto educador. O professor pode ajudar a prevenir a violência, sendo esse envolvimento algo de extrema importância, pois quando o professor apoia as vítimas, elas tendem a se sentir protegidas e confiantes.

Precisa-se refletir sobre o papel enquanto educador, as práticas, a relação que se estabelece com os alunos e alunas e o compromisso com a educação, para que possa tomar a iniciativa de interferir no momento adequado e de maneira adequada, facilitando a aprendizagem, num ambiente onde haja respeito mútuo, solidariedade e cooperação. (Favaro, 2009, p. 22).

É dever da escola realizar ações de prevenção, estando ciente do seu papel de ensinar e educar, visando evitar a concretização de violências associadas ao bullying, conforme afirma Favaro (2009, p. 25):

As escolas devem oportunizar aos alunos o acesso a informações e discussões sobre o tema para que eles conheçam o fenômeno bullying e as suas consequências, com o objetivo de evitá-lo. A melhor maneira de prevenir é não deixar acontecer e conhecer de maneira profunda as suas consequências. (Favaro, 2009, p. 25).

Além disso, outro fator de extrema importância a ser observado é a relação desses alunos com suas famílias. A interação da escola em conjunto com a família se torna importante para o combate e prevenção do bullying, uma vez que, em muitos casos, o comportamento agressivo é reflexo do ambiente familiar do agressor. Muitos acabam reproduzindo as atitudes do seu cotidiano. Segundo Oliveira *et al.* (2015, p.127), “os fatores parentais contribuem para os comportamentos e a capacidade de desenvolver relações interpessoais adoecidas, e esse funcionamento dos filhos exacerba sentimentos negativos dos pais em relação aos filhos”.

O professor e a família desempenham um papel significativo na conscientização e combate ao preconceito. Tanto a família quanto a escola são agentes essenciais no desenvolvimento e na construção de valores no indivíduo, valores esses que podem contribuir para a prevenção do bullying.

O bullying escolar é uma das questões que mais requer um olhar sensível e crítico por parte dos profissionais da educação. Sendo necessário considerá-lo, não apenas como uma “violência escolar”, que implica em uma série de situações nas quais os alunos agredem se fisicamente, discutem, se ferem, mas também como uma realidade manifesta nos relacionamentos educativos e principalmente no processo de aprendizagem do aluno, influenciando no seu desempenho acadêmico e em suas relações interpessoais na escola, podendo causar uma desmotivação para os estudos (Sarzi, 2013, p. 279).

Dessa forma, podemos observar que não se trata apenas de afetar o rendimento escolar das vítimas, mas sim de estarmos atentos a esse problema, como pais, educadores e instituições de ensino, para que o mesmo não continue causando essa violência que prejudica e traz consigo severas perdas no processo de aprendizagem.

A relevância do bullying como problema social, além do aumento das ocorrências, tem levado às pesquisas, debates, mas também a medidas legais e administrativas. Atualmente, o Brasil trabalha na perspectiva de minimizar os impactos causados pela violência e intimidação sistemática. Por isso, foi ratificada no país, no dia 6 de novembro de 2015, pela então presidente da república Dilma Rousseff, a Lei de nº 13.185 composta por oito artigos, destinados à erradicação do bullying por meio da capacitação dos profissionais que atuam na educação e também campanhas de publicidade, instaurando o Programa de Combate à Intimidação Sistemática no país.

A lei diz:

[...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (Brasil, 2015, Art. 1º, § 1º).

É válido lembrar que a lei em questão também referir-se a outras modalidades de agressão, como o cyberbullying, que ocorre com ataques realizados na internet virtualmente. Essa lei e outros mecanismos normativos de controle do bullying e cyberbullying serão discutidos em detalhes no capítulo 3.

4 ESCOLA E O NÃO LUGAR: AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O SENTIMENTO DE NÃO PERTENCIMENTO

Introdução

O homem é um ser social, que constrói conexões e laços com outros humanos e lugares, portanto, que forma o senso pertencimento, seja ele em uma determinada comunidade, grupo social ou até nos relacionamentos interpessoais. No entanto, para muitas pessoas, essa busca pelo sentimento de pertencimento acaba se tornando uma jornada bastante complexa e repleta de desafios, marcada pelo constante embate contra o sentimento de não pertencimento.

O bullying pode contribuir para esse sentimento de não pertencimento, como vimos no capítulo anterior, mas também os preconceitos ocorrem por meio de segregação de gênero, idade, raça e orientação sexual, que, associados a práticas de violência, contribuem para a criação ou intensificação do sentimento de não pertencimento, capaz de gerar uma série de emoções complexas e conflitantes.

Neste capítulo, trataremos das consequências do sentimento de não pertencimento, isto é, trataremos o bullying na escola como experiência social que promove o “não-lugar” ou como o bullying afeta a experiência espaço-tempo daqueles que a ele são submetidos na escola. Além disso, tentaremos evidenciar os impactos e danos causados pela prática de bullying na escola, que fazem com que as vítimas não desejem estar naquele lugar.

A hipótese subjacente a este capítulo é que aqueles que sofrem bullying frequentemente podem se ver em um estado de deslocamento, como se estivessem observando de fora, sem realmente fazer parte do espaço da escola. Como mencionado anteriormente, essa sensação pode surgir de diversas formas, incluindo diferenças culturais, sociais, econômicas, entre outras. Mas uma das fontes mais comuns desse sentimento é a falta de identificação com os grupos sociais predominantes.

Isso pode ocorrer em inúmeros contextos, por exemplo, quando indivíduos se veem como estrangeiros em uma sociedade que não reflete sua própria identidade étnica ou cultural, ou em questões de diferenças ideológicas, ou mesmo de crenças que podem criar barreiras que

dificultam a integração e geram o sentimento de exclusão. Além disso, existem outros fatores que podem interferir nesse processo de pertencimento, como questões pessoais, como baixa autoestima ou insegurança, que podem amplificar o sentimento de não pertencimento. Esse grupo de fatores são característicos do bullying e pode ter como consequência a criação de ambientes onde podem se sentir alienados, incapazes de se conectar verdadeiramente com os outros e com os lugares.

4.1 Lugar, escola e pertencimento

Para discutirmos e, conseqüentemente, aprendermos sobre o que é ou o que representa o lugar em geografia, é necessário que o contextualizemos, recorrendo aos recursos teóricos da Geografia Humana, uma vez que ela possibilita a análise do lugar como espaço vivido diretamente ligado à relação indivíduo-espço.

Por isso, para entendermos o lugar, se faz necessário compreendê-lo não apenas como sendo uma soma de elementos, mas sim um sistema de relações diversas. Conforme Santos (2006, p. 213), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo.” Isso quer dizer que não podemos observá-lo apenas por uma perspectiva geral ou mundial, já que os lugares são mistos de particularidade e singularidade, ou seja, representam questões que tangem tanto o indivíduo quanto o mundo. Isso significa que cada pessoa empírica é corresponsável pela produção do lugar e do mundo.

As contradições sociais, políticas e econômicas são inerentes aos lugares, ou seja, é no lugar que elas se tornam concretas, empíricas. Isso porque o lugar é:

[...] um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições — cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a continuidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. (Santos, 2006, p. 208)

Santos (2006, p. 208) afirma ainda que:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas **é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.** (Santos, 2006, p. 208. Grifos nossos)

Porém, o conceito de lugar vai além de uma mera localização geográfica; ele envolve a interseção de aspectos físicos, sociais e emocionais que moldam a experiência humana. O lugar

é uma construção social em que cada indivíduo traz suas vivências, memórias e interpretações, transformando-o em um espaço significativo.

Em resumo, o lugar como espaço de experiência é um conceito multifacetado que envolve não apenas a dimensão física, mas também as emoções e interações que os indivíduos estabelecem com o ambiente. Entender essa relação é essencial para entendermos a escola como um lugar, mas também porque o bullying pode transformá-la num não-lugar.

A partir disso, podemos compreender o lugar como algo mutável, que se modifica conforme as relações sociais subjacentes. Porém, essas relações variam em cada parte do mundo, a depender de fatores como a cultura, sociedade, educação e até mesmo dos sentimentos humanos envolvidos, sobretudo, a maneira como o lugar é entendido e vivenciado pelas pessoas que ocupam-no.

Essa interconexão entre o lugar e o mundo, indivíduo e sociedade é importante, sobretudo, para compreender as novas formas de bullying nas escolas. Conforme Santos (2006, p. 2018), “[...] todos os lugares se mundializaram graças aos avanços tecnológicos e sociais. Com isso, a experiência das pessoas com os lugares tende a se modificar e evoluir em diferentes níveis, devido à influência de fatores globais, que impactam cada vez mais o lugar de vivência, como novas tecnologias de comunicação. A escola, portanto, existe como unidade e como sistema, considerando a interseção entre o lugar e o mundo, interseção essa mediada pela tecnologia, presente no cotidiano do aluno e a no ambiente escolar.

Além disso, as redes sociais contribuem significativamente para que os alunos se conectem com maior facilidade ao mundo e às diferentes formas de vivenciar os lugares diferentes. No entanto, também os deixam mais expostos por meio das interações online, onde o bullying pode ocorrer fora do ambiente escolar, mas ainda impacta a vida escolar.

Embora Leite (1998, p. 09) relacione o lugar às experiências, definindo-o pela 'valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente', não podemos esquecer que a experiência do lugar também é influenciada por relações globais, e o cotidiano das pessoas é moldado por forças distantes.

Com isso, estamos, em essência, discutindo referências emocionais que se desenvolvem à medida que interagimos com um local e com outras pessoas ao longo de nossas vidas, mas sem perder a referência às escalas mais amplas. Por isso, é crucial entender o lugar para além de suas delimitações geográficas, já que a maneira como as pessoas se relacionam e se comportam em diferentes lugares passa por mudanças significativas, relacionadas não apenas a questões econômicas e sociais, mas também estão intimamente ligadas às experiências com o mundo. Mello (1990, p. 10) afirma que os lugares “são carregados de sensações emotivas,

principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos.” Resta, porém, indagar se tal afirmação é válida diante de um cotidiano entrecortado por múltiplas escalas de experiência.

Como salienta Carlos (2007, p. 20), “o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos que ocorrem ou ocorreram no mundo”. Isso ocorre porque as pessoas tendem a perceber o mundo por meio de seus corpos, experiências e sentimentos, construindo, a partir disso, o mundo como um espaço habitável. Apesar do lugar se formar pela relação dialética entre as ordens próximas e distantes, é de suma importância considerá-lo como escala espacial tangível, onde se desenrolam as relações sociais características da vida cotidiana, como espaço de vivência e da colaboração diária. Assim, podemos entendê-lo como algo que possui sentidos e significados que abrangem questões sociais, reconhecimento, pertencimento e identidade.

Leite (2018), por exemplo, conecta o conceito de lugar, escola e ensino, explorando como esse ambiente molda a experiência dos indivíduos. Ela enfatiza a importância de um espaço educacional que seja inclusivo e estimulante, refletindo as necessidades e identidades dos alunos. Carlos (2007) também analisa como a estrutura física das escolas influencia a aprendizagem e o desenvolvimento social. Ela argumenta que a arquitetura e o design dos espaços escolares podem impactar diretamente como os alunos aprendem e interagem, isto é, o lugar pode influenciar os modos de agir e aprender. Isto porque, argumenta a autora, “o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida, apropriada através do corpo, dos sentidos, dos passos de seus moradores; é o bairro, é a praça, é a rua [...]”, mas também é a escola (Carlos, 2007, p. 17).

Dessa maneira, podemos observar que o lugar é a representação de algo significativo para o indivíduo e o faz criar memórias e relações com determinados espaços. Se, por exemplo, a escola é um lugar onde os alunos podem desenvolver esses sentimentos, a organização do espaço escolar, como as salas de aula, os corredores e áreas comuns, pode favorecer a interação de maneira significativa, contribuindo para um ambiente que incentiva o pertencimento.

Desenvolver espaços que sejam atrativos para a aprendizagem e tornar esses espaços áreas de convivência e também as salas de aulas com determinadas flexibilizações que gerem e proporcionem incentivo na interação dos envolvidos, é um dos fatores que contribui para a escola vir a se tornar um lugar. Além disso, envolver os discentes na tomada de decisões sobre os rumos que a escola pode tomar, mediante exercícios e regras que os façam sentir que seu papel na comunidade escolar tem significado, fazendo assim com que seja desenvolvido uma cultura de colaboração e contribuição ativa com seus alunos e processos.

Em resumo, é integrar práticas que desenvolvam habilidades sociais e emocionais, auxiliando os alunos a se conectarem reciprocamente e com o ambiente escolar. Criar um ambiente inclusivo que respeite e celebre as diferenças, promovendo um senso de pertencimento entre todos os alunos. Essas abordagens ajudam a transformar a experiência escolar em algo mais significativo, reforçando o vínculo dos alunos com a escola.

Para que as relações sociais e as interações entre os alunos não se tornarem superficiais, focadas em cumprir obrigações acadêmicas em vez de construir laços duradouros, que afetem o desenvolvimento social e emocional dos estudantes, é preciso, conforme Leite (2018, p. 10):

A compreensão dessa dinâmica, na perspectiva do lugar, refere-se à identificação dos processos resultantes na construção do espaço, ao entendimento de como ocorrem as relações de poder, as relações entre as pessoas e à percepção do que é significativo para o aluno no contexto de sua formação. (Leite, 2018, p. 10).

No que se refere a perspectiva da geografia, a escola pode ser considerada um lugar, quando colabora para estabelecer relações complexas e cheias de significados, indo além do seu papel de instituição física enquanto entidade educacional. Alguns pontos que irão contribuir para essa definição seria:

1. Identidade e pertencimento: a escola pode ser vivenciada como um lugar quando os discentes conseguem criar e desenvolver o senso de pertencimento e de identificação, isso acontece quando experiências que são compartilhadas e há a construção da identidade social e da vivência em comunidade. Além disso, outro ponto importante que definirá esse senso identitário são as interações sociais, afinal o sentido da escola é aperfeiçoado justamente pelas interações que ocorrem dentro dela, seja entre os alunos, professores e a própria comunidade em si. Trazer significado para as relações possibilita a criação de um ambiente de acolhimento.
2. Histórias e memórias são fatores relevantes nessa discussão, uma vez que o lugar da escola é também percebido e construído por meio das experiências coletivas e individuais, que vão incluir as histórias e memórias que tantos os discentes quanto a comunidade escolar vão criando com o passar do tempo. Todas as atividades desenvolvidas, a maneira com que se pensa e organiza e se usa o espaço físico, por exemplo, influenciam diretamente na aprendizagem e na maneira com que se percebe a escola enquanto lugar. Ambientes que conseguem fazer a interação e promover uma aprendizagem participativa possuem maiores chances de serem cotados como lugares de significado.

Esses elementos transformam a escola de um simples espaço físico em lugar, ou espaço de significado emocional e social, que impacta profundamente a experiência escolar. Isso ocorre porque a transformação da escola em um lugar significativo para o aluno vai muito além de sua

estrutura física. Envolve diversos fatores que podem, ou não, gerar uma conexão pessoal. Pode ser pela proximidade geográfica com a casa, proporcionando uma sensação de segurança, conforto e familiaridade, ou pelas regras e valores da escola, que respeitam suas convicções pessoais. Além disso, o sentimento de pertencimento atrela-se à forma como os alunos são tratados, também desempenha um papel crucial na construção dessa relação com o ambiente escolar.

4.2 Não Lugar

Se os lugares trazem sentimentos de pertencimento, identidade e memória, os não-lugares são caracterizados pela transitoriedade, anonimato e falta de contexto e conexão emocional. Um lugar pode ser aconchegante, cheio de significado e história, como nossa casa ou um café favorito, um não-lugar é mais impessoal, como uma estação de trem ou um aeroporto. A diferença fundamental reside na maneira como nos relacionamos com esses espaços: em um criamos laços emocionais, e em outro buscamos apenas cumprir uma função prática. Ou conforme Augé (2006, p. 74) nos diz “o lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente”. No entanto, essa distinção não é rígida, já que um lugar pode se transformar em um não-lugar dependendo do contexto e da experiência individual.

O lugar revela características de relacionamento social de um indivíduo com determinada parcela do espaço, uma vez que implica nas suas relações de vínculos. No não-lugar, ocorre de maneira contrária, uma vez que não é possível estabelecermos esse tipo de relação, fazendo assim com que prevaleçam questões como a não identificação e também o anonimato. Uma vez que, para nos sentirmos pertencentes, precisamos sentir que fazemos parte daquele grupo, comunidade ou mesmo de uma família.

Augé (2006, p. 87) acrescenta ainda que não-lugar designa “duas realidades complementares, porém distintas sendo elas: espaços constituídos em relação a certos fins como (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços”. sendo essa a realidade que iremos nos atentar, para compreender e identificar as consequências sobre o sentimento de não pertencimento na escola.

Podemos usar o exemplo o caso “Carlinhos”, do estudante Carlos Teixeira, de apenas 13 anos, que morreu cerca de uma semana depois que dois estudantes da sua escola pularem sobre as costas dele na escola estadual Júlio Pardo Couto, em Praia Grande (SP). Na entrevista

concedida pela mãe da vítima, ela afirma que seu filho havia trocado de escola recentemente e relatava a nova escola como “muito diferente”, e o motivo era a violência.

Embora tenhamos uma troca de prédios e localidades, fica bem claro é que o ambiente escolar, que antes era visto pelo adolescente como um lugar onde ele poderia ser ele mesmo, fazer amigos e se sentir parte dali, agora, nessa nova escola, passou a representar um não-lugar, onde ele vivenciará situações até então desconhecidas por ele na escola anterior, de medo, violência e agressões.

Em resumo, a compreensão da diferença entre lugar e não-lugar nos convida a refletir sobre como os espaços moldam nossa experiência e também a nossa percepção do mundo ao nosso redor. Quanto ao que diz respeito às acepções de não-lugar,

Como uma escola pode ser, ao mesmo tempo, um lugar e mas também um não-lugar? Silva (2012, p. 345) afirma que “a escola não remete à ideia de um lugar onde se constrói o saber e o distribui na sua socialização, mas a um ambiente que, a priori, não é o ideal de vida solidária, mas sim de vida competitiva”. Então, a escola torna-se um não-lugar quando incentiva mais competitividade do que desenvolvimento educacional dos alunos? Essa pode ser uma das explicações possíveis, já que a competitividade pode desenvolver traços e atitudes antissociais, conforme afirma Silva (2012, p. 345):

A escola estimula a corrida pelas qualificações, pelos diplomas e pelos certificados, porque, quanto maiores as qualificações educacionais, maiores serão as possibilidades de acesso aos melhores empregos no mercado de trabalho.

Conforme Silva (2012), ao longo dos anos, a escola, enquanto instituição, foi perdendo seus traços de entidade de ensino e assumiu cada vez mais comportamentos que a distanciam desse papel. Alguns pontos destacados pelo autor e podem ser considerados no que diz respeito a fatores que podem, direta ou indiretamente, contribuir para o desenvolvimento do sentimento de não pertencimento na escola. Ele cita indaga:

A escola é um lugar de referência para esse sujeito ou ela não serve mais para lidar e compactuar com alguém tão disperso, nômade, múltiplo, errante, virtual, hedônico, individualista, hiperconsumista? Ou a escola não é mais um lugar, um espaço importante, identitário na contemporaneidade? (Silva, 2012, p. 347)

A partir disso, o autor conclui que:

O sistema neoliberal que produz cada vez mais a desigualdade, e o incentivo ao consumo exacerbado e pessoas preenchendo o vazio ou seu eu com bens materiais. Os transtornos alimentares que marcam nossa época, a moda que exige cada dia um tipo de vestimenta, as tecnologias que são obsoletas

diariamente são elementos que irão aliciar nossas subjetividades, fomentar um homem superficial, efêmero, incapaz de incorporar efetivamente esses elementos e ser um sujeito mais consciente (Silva, 2012, p. 347).

A escola, portanto, torna-se o espaço no qual as contradições do mundo se empiricizam. Por isso, é também o lugar do embate e do conflito. Quando as determinações extra escolares se tornam tão importantes na formação da subjetividade dos alunos, o ambiente escolar é apenas um sintoma de um conjunto de contradições bem mais amplo. E, por isso, a escola tende a tornar-se um espaço alienado, ou um não-lugar.

Desta forma, podemos fazer uma conexão com a linha de pensamento de Augé (1994), que define não-lugares como espaços que não têm significado social ou histórico, cuja identidade e a relação com o espaço são efêmeras, marcadas pela passagem, e não pela permanência. Conforme o autor, “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (Augé, 1994, p. 73). Ou seja, os não-lugares são carentes de identidade e pertencimento por serem anônimos e transitórios e, muitas vezes, contribuem para uma sensação de despersonalização. Isso pode levar a um enfraquecimento da identidade cultural e do pertencimento, já que as pessoas se sentem desconectadas do espaço ao seu redor.

À luz dessas ideias, em teoria, a escola, como um ambiente de passagem e de relações fugazes, é tal como um supermercado ou qualquer outro espaço sem identidade, já que não configuram relações sociais de pertencimento sólidas. Essa comparação visa ilustrar de forma mais clara o conceito, facilitando sua identificação como um espaço construído e pensado através do olhar de todo indivíduo/sujeito que o utiliza como objeto, resultando em uma experiência de não pertencimento.

No entanto, um espaço pode representar um não-lugar para algumas pessoas, por exemplo, um grupo de estudantes específicos, mas pode ser considerado o lugar de outros, como professores e funcionários da escola. E um dos fatores que pode contribuir para a escola se tornar um não-lugar, é o bullying, pois as práticas de bullying no ambiente escolar, podem causar inúmeros motivos para fazer com que o aluno não crie laços e senso de pertencimento na escola, por exemplo, o caso ocorrido com o estudante da escola estadual Júlio Pardo Couto, em Praia Grande-SP, Carlos Teixeira, de apenas 13 anos. Alguns pontos conectam a ideia de bullying e não-lugar:

1. Ambiente hostil: Em situações em que ocorrem práticas de bullying no ambiente escolar, é possível identificar que todos os afetados pela prática desenvolvem sentimentos de desconexão devido à violência sofrida.

2. Isolamento social: Os estudantes, vítimas de bullying, tendem a se sentir excluídos e desconectados do ambiente escolar. Dessa forma, a escola deixa de ser um lugar com sentido e significado.

3. Experiências superficiais: A partir do momento em que toda interação que o aluno tiver na escola se torna algo superficial, sua atenção estará mais voltada a não se envolver em problemas do que a estabelecer relações que contribuam para o acolhimento.

4. Falta de pertencimento: Uma das consequências do bullying é destruir o sentimento de pertencimento e toda a identificação dos alunos, fazendo com que a escola se torne um “não-lugar” ou um espaço de passagem, tal como afirma Augé para aqueles espaços de trânsito.

5. Efeitos no aprendizado: O bullying também impacta significativamente a motivação do aluno de aprender, além de criar a sensação de que a escola é um lugar onde ele sofrerá em vez de contribuir para seu crescimento e desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Para entendermos a relação escola e não-lugar, nos apropriamos de alguns dados observados no Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE¹, que mostram relações entre competências socioemocionais, aprendizagem e saúde mental de estudantes de 9 países: Bogotá e Manizales (Colômbia), Daegu (Coreia do Sul), Helsinque (Finlândia), Houston (Estados Unidos), Istambul (Turquia), Moscou (Rússia), Ottawa (Canadá), Sintra (Portugal) e Suzhou (China). A pesquisa que deu origem ao relatório investigou as habilidades de estudantes de 10 e 15 anos nesses países visando ampliar o debate sobre o tema.

No relatório, há um capítulo que trata diretamente do sentimento de pertencimento escolar, a exposição ao bullying e a relação com os professores. Os indicadores e sua associação com dados demográficos dos estudantes e competências socioemocionais são discutidos e analisados de maneira bastante significativa, como podemos observar a partir da leitura dos dados apresentados a seguir:

Um em cada cinco alunos com 10 anos relatou que os outros colegas zombavam deles uma ou mais vezes por semana. Os meninos, em particular, relataram maior exposição ao bullying do que as meninas. Apesar disso,

¹ A metodologia empregada para avaliar o bullying focou em quatro eixos básicos: (a) outros alunos zombaram de mim; (b) fui ameaçado por outros alunos; (c) outros alunos levaram ou destruíram coisas que pertenciam a mim; e (d) fui agredido ou empurrado por outros alunos. A Pesquisa de Competências Socioemocionais - SSES mediu a exposição ao bullying fazendo medindo a exposição ao bullying no período de 12 meses anteriores à pesquisa: outros alunos zombaram de mim; fui ameaçado por outros alunos; outros alunos levaram ou destruíram coisas que pertenciam a mim; e fui agredido ou empurrado por outros alunos. Para os estudantes mais velhos, havia também duas perguntas sobre o cyberbullying, perguntando sobre a frequência com que as situações ocorriam com o jovem enquanto usava chats ou redes sociais (Facebook, Instagram, Snapchat, etc.).

geralmente relataram ter uma sensação maior de pertencer à escola do que as meninas — especialmente as de 15 anos. (OCDE, 2019, p.13).

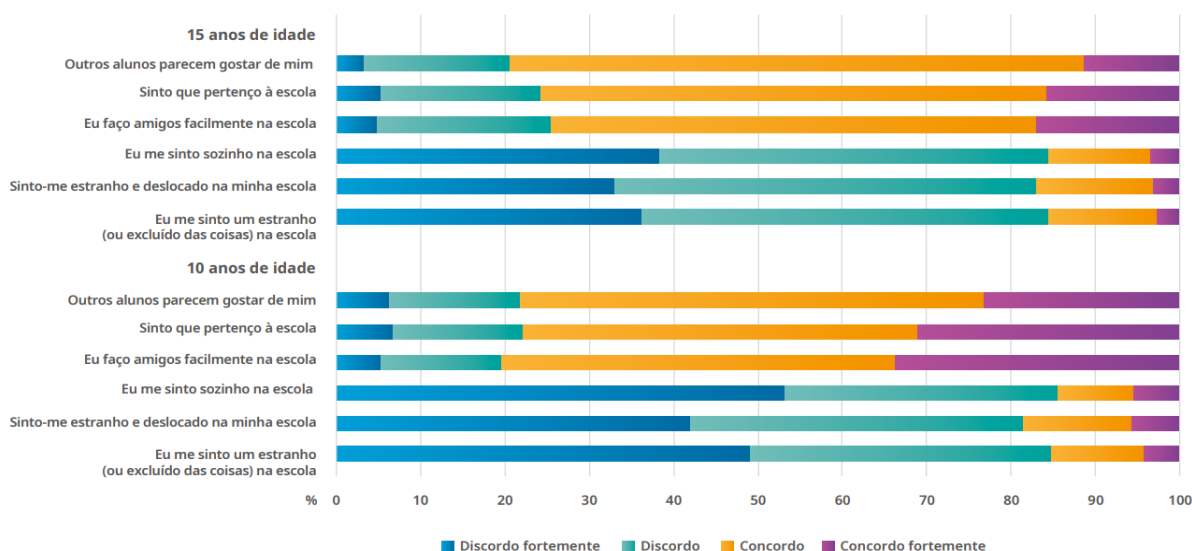
Esses dados destacam a complexidade das dinâmicas sociais nas escolas, onde a vivência de bullying pode coexistir com um senso de pertencimento. Além dos dados sobre bullying e pertencimento, é importante considerar que as experiências dos alunos podem variar significativamente. Segundo as observações do Relatório, os meninos, por exemplo, apesar de relatarem mais casos de bullying, podem encontrar apoio social em grupos masculinos que reforçam seu senso de comunidade. Por outro lado, as meninas, especialmente as mais velhas, podem enfrentar pressões sociais diferentes, o que pode influenciar sua percepção de pertencimento, conforme o relatório afirma:

As meninas mais velhas indicaram ter um sentimento de pertencimento escolar ligeiramente inferior [aos meninos]. Em cerca da metade das cidades, as meninas mais velhas concordaram menos com os itens formulados positivamente e mais com os formulados negativamente, sugerindo que elas tiveram níveis mais baixos de pertencimento à escola do que os meninos (OCDE, 2019, p.139).

Essas diferenças de experiências sugerem que as escolas devem adotar abordagens diferenciadas no combate ao bullying e promover um ambiente inclusivo para todos os alunos, considerando as particularidades de cada grupo. É preciso considerar ainda, conforme o Relatório, que “os estudantes que relataram um maior senso de pertencimento tiveram pontuações mais altas na avaliação de leitura, após serem considerados os seus níveis socioeconômicos” (OCDE, 2019, p. 7). Além disso, o relatório cita indicadores de relações sociais na escola, como o sentimento dos alunos de pertencimento à escola, sua exposição ao bullying e a relação entre alunos e professores.

Nesse sentido, os dados do Gráfico 1 demonstram que aproximadamente 5,2% dos alunos da faixa etária de 15 anos e 6,6% da faixa etária de 10 anos não sentem que a escola é um lugar onde pertencem, enquanto aproximadamente 33,1% dos alunos de 15 anos e 42% dos alunos de 10 anos declaram sentir-se como estranhos na escola.

Gráfico 1: Pertencimento à escola, por coorte. Porcentagem de estudantes, por nível de concordância (média internacional) 2022



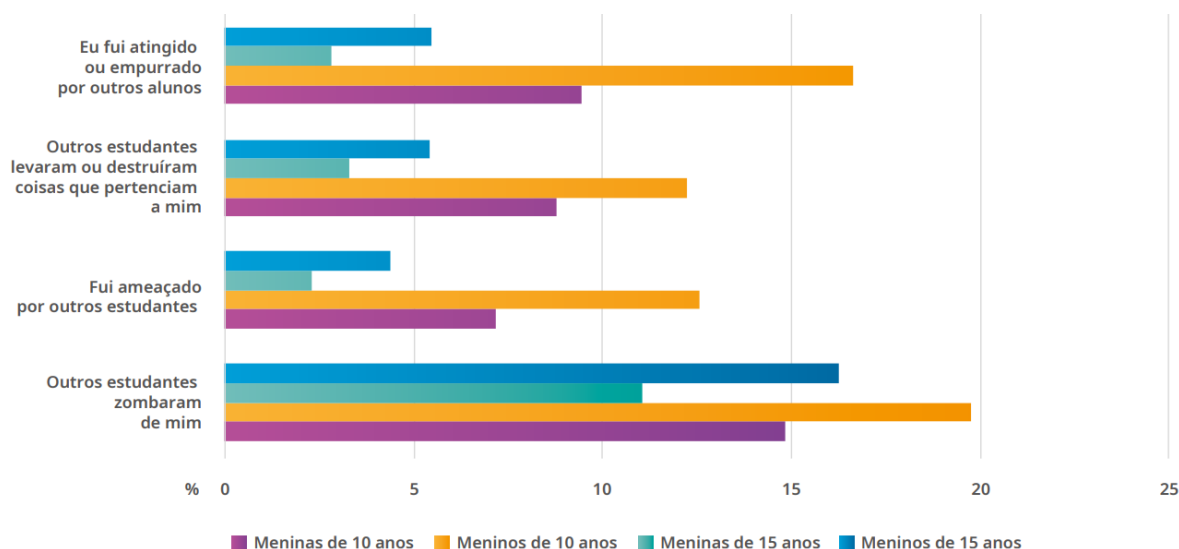
Fonte: Base de dados da OCDE, SSES (2022).

Já o Gráfico 2 demonstra o quanto os alunos se sentem expostos às práticas de bullying, dividido entre os gêneros. Os dados demonstram que 16,7% dos meninos e 9,4% meninas afirmam ter sido atingidos ou empurrados por outros alunos, 9,4% meninas da mesma idade. Ao observar os dados para o mesmo corte de gênero, mas na faixa etária de 15 anos, os números reduzem significativamente para 5,5% meninos e 2,8% meninas. Ou seja, podemos concluir que a questão da agressão física ocorre em ambas as faixas etárias, porém com uma frequência maior entre meninos e meninas de menor idade.

Com relação aos estudantes que levaram ou destruíram coisas que pertenciam à vítima de bullying, entre os menores de 10 anos, 12,2% dos meninos e 8,8% das meninas alegaram ter sofrido com esse tipo de violência. O índice é maior do que se comparado com ambos os gêneros, mas cujo corte de idade foi de 15 anos, que representou apenas 8,7%.

Ao se observar o critério de “outros estudantes zombaram de mim”, os dados apontam similaridade entre idade e gênero, considerando que 19,8% das meninas de 10 anos e 14,8% dos meninos sofrem com situações que envolvem zombaria. Além disso, outros 16,2% dos meninos e 11,1% das meninas de 15 anos afirmam ter sido afetados por problemas envolvendo situações onde outros estudantes zombaram deles. Certos tipos de bullying ocorrem com mais frequência do que outros. Ambas as coortes de idade relataram proporções consideráveis de estudantes que concordaram com a afirmação “Outros alunos zombaram de mim”, indicando que o bullying verbal é o tipo de bullying que ocorre com mais frequência.

Gráfico 2: Exposição ao bullying, por coorte e gênero (2022)



Fonte: Base de dados da OCDE, SSES (2022).

O relatório finaliza elucidando haver ampla evidência de que melhorar o sentimento de pertencimento dos estudantes à escola e as relações com os professores, além de reduzir o bullying, está positivamente relacionado aos resultados desejáveis dos alunos, como melhor desempenho acadêmico e maior bem-estar (OCDE, 2019 [7]). E, baseado nessas observações, a

Esses resultados são consistentes com outros estudos que mostram que o bullying é um importante fator de risco para a saúde física e mental dos alunos, tanto a curto quanto a longo prazo (Wolke e Lereya, 2015 [25]). Ser intimidado aumenta o risco dos estudantes de depressão, ansiedade, baixa autoestima, tristeza e sentimentos de solidão (Kochel, Ladd e Rudolph, 2012 [26]; Livingston et al., 2019 [27]; OCDE, 2019 [7])

Podemos observar através dos gráficos que inúmeros alunos vão considerar a escola como um não-lugar devido a situações já que eles se sentem inseguros, desconfortáveis, sem concentração e principalmente não pertencentes àquele lugar em decorrência da ausência de conexão e afinidade com o ambiente. Esses sentimentos afetam o estado emocional dos alunos de maneira negativa e consequentemente seus desempenhos acadêmicos, o que faz com que a escola seja vista pelos alunos como um lugar sem afetividade em seu dia a dia, causando impossibilidade no desenvolvimento das relações interpessoais.

Essa disparidade não apenas revela um descontentamento preocupante, mas também aponta para a necessidade urgente de políticas e práticas educacionais que promovam um ambiente inclusivo. O ambiente escolar é de extrema importância no que diz respeito ao desenvolvimento emocional e acadêmico dos alunos, já que a sensação de pertencer está diretamente ligada à forma com que o aluno desenvolve suas habilidades na escola e se motiva

a aprender. Podendo ainda trazer impactos significativos na saúde mental dos estudantes evitando com que sejam levados a sentimentos que geram sensação de ansiedade, depressão e isolamento social.

De modo geral, a escola enquanto um não-lugar pode tornar-se um ambiente hostil para os alunos, causando sérios problemas como, diminuição na sua capacidade de concentração e de desenvolvimento de tarefas escolares, dificultando seu desempenho escolar e afetando suas vidas de maneira emocional.

É fundamental entender que o combate ao bullying não se restringe apenas à aplicação de punições, mas requer uma abordagem multidimensional que envolva a comunidade escolar, os pais e os alunos. No próximo capítulo, exploraremos programas de conscientização criados em diversas instituições de ensino, destacando iniciativas que promovem a empatia, o respeito às diferenças e a importância de um ambiente escolar acolhedor.

Além disso, discutiremos, por exemplo, a Lei 13.185, que foi sancionada no ano de 2015, e estabeleceu algumas diretrizes para atuar no combate ao bullying no ambiente escolar, através da promoção de ações e intervenções e também de prevenção. Discutiremos como essa legislação influencia o comportamento escolar e a cultura da prática do bullying, além de avaliarmos sua eficácia, na prática. Outro fator primordial é considerar a formação que os professores têm, para atuar na mediação de conflitos, a capacitação que os professores têm para lidar com situações de bullying é um passo de extrema importância para assegurar que os alunos possam se sentir de fato seguros e protegidos na escola.

5 BULLYING, SUAS MEDIDAS E PREVENÇÕES: O QUE PODE SER FEITO?

Introdução

Ao analisarmos os capítulos anteriores, não é difícil constatar que o bullying é, de fato, é um problema que invade e preocupa as instituições de ensino e a sociedade, já que, além dos alunos, as famílias e também a comunidade escolar são, direta ou indiretamente, afetadas. É evidente que a prática do bullying consiste em determinados comportamentos violentos, às vezes físicos e outras vezes psicológicos, mas cuja característica básica é a regularidade.

Além dessas características, há um paralelismo entre bullying, discriminação, racismo, preconceito de gênero, religião, classe social, etc. Isso quer dizer que o bullying não tem uma forma única e representa um grande desafio para a sociedade como um todo, as escolas e a comunidade escolar. Dessa maneira, para combater o bullying, faz-se necessário estimular

constantemente um clima na escola que seja baseado em respeito, porém focado, sobretudo, no ensino e aprendizagem, com ênfase no desenvolvimento educacional dos alunos.

Nesse sentido, este capítulo discute algumas ações preventivas existentes atualmente na prevenção do bullying nas escolas, dando ênfase aos aspectos que focam na educação colaborativa, que visa à importância da diversidade, promove atividades sociais saudáveis que auxiliem os alunos a desenvolverem habilidades de resolução de conflitos. Outro aspecto importante nessa discussão está a criação de canais onde possa existir uma comunicação aberta e clara, para que as vítimas e também aqueles que testemunham essa prática, denuncie o bullying.

Afinal, não podemos falar sobre bullying, e medidas de combate e prevenção, sem enfatizar a necessidade do desenvolvimento de uma cultura de prevenção e inclusão familiar, ou seja, educar e, se necessário, reeducar não apenas os alunos, mas toda a comunidade, seja ela escolar ou não, para que, só a partir disso, seja possível construir um lugar de aceitação, significado e respeito dentro e fora da escola.

Uma vez que o bullying se manifesta, na maioria das vezes, nas escolas, porém, ele está amplamente ligado a inúmeras questões sociais e a inúmeras relações de poder, como pressões de grupos dominantes, preconceitos sociais, culturais, midiáticos, econômicos, raciais e de gênero, todos servindo como base para o fortalecimento da cultura do bullying ao longo dos anos.

5.1 Bullying, o que diz a lei?

Em 6 de novembro de 2015, foi instituída a Lei nº 13.185, que contém um total de oito artigos que fazem referência ao Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying) em todo o território nacional. O artigo 2º caracteriza bullying como:

[...] intimidação sistemática [bullying] quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda: I - ataques físicos; II - insultos pessoais; III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; IV - ameaças por quaisquer meios; V - grafites depreciativos; VI - expressões preconceituosas; VII - isolamento social consciente e premeditado; VIII - pilhéria (Brasil, 2015, Art. 2º, § 2º).

Essas definições listadas caracterizam formal e legalmente as práticas de bullying, seja em sua esfera verbal e psicológica, seja em lugares físicos ou na esfera digital. Aliás, a Lei dá um passo importante nessa caracterização ao definir cyberbullying como “intimidação sistemática na rede mundial de computadores, quando se usarem os instrumentos que lhe são

próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial” (Brasil, 2015, parágrafo único).

Essa Lei, portanto, institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying) no Brasil, cujas pretensões principais são:

[...] I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade; II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação; [...] V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores; [...] IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying) ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar (Brasil, 2015, online).

Isto é, na Lei fica instituída a intenção de prevenção e combate às práticas de bullying na sociedade, tal como afirma o item I do artigo 4º, além da intenção de proporcionar capacitação para os docentes e as equipes que fazem a escola, para que haja essa discussão real entre os responsáveis pela orientação dos alunos na resolução desse problema; além de incluir a ideia de campanhas para atuarem na educação, conscientização e informação sobre o problema, orientar as famílias ou responsáveis das vítimas, ou agressores; além de assistência psicológica, social e até mesmo jurídica às vítimas e aos agressores.

5.2 Prevenção, punição e resultados

No que se refere aos resultados e ações do exercício da Lei n.º 13.185/2015, é importante deixar claro que ela tem a finalidade de prevenção, ou seja, a criação de mecanismos que irão identificar e evitar o bullying. Portanto, ela define um escopo, conceitual e prático, a partir dos quais o combate ao bullying pode ser realizado, mas não prevê nenhum mecanismo de punição aos agressores.

Em sentido complementar, o Projeto de Lei (PL 4.224/2021), aprovado em 2024, promove “alterações significativas no Código Penal, na Lei dos Crimes Hediondos e no Estatuto da Criança e do Adolescente, criminalizando, por exemplo, as práticas de bullying e cyberbullying” (Senado Federal, 2024, online). Tal Lei acrescenta o artigo número 164 ao Código Penal e criminaliza a prática de bullying e cyberbullying. Para aqueles casos em que não se caracteriza outro tipo de crime grave, instituiu-se a multa como mecanismo de punição. Mas, se a conduta for praticada online, a punição é a “reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave” (Brasil, 2024, online).

Porém, trata-se de uma Lei recente, menos de oito meses, se considerarmos a data em que essa pesquisa foi desenvolvida, por isso, ainda não há para avaliarmos concretamente os resultados e a eficácia de tal Lei. Ainda assim, é importante ressaltar que muitas Leis no Brasil são, na verdade, “Leis no papel”, considerando que raramente têm efeito real na sociedade. Para que o Programa de Prevenção ao Bullying e as medidas legais se tornem concretas, a participação social é fundamental. Não se trata só da participação da comunidade escolar (alunos, técnicos e professores), mas também dos pais e pessoas que se relacionam diariamente com as crianças ou adolescentes.

Além da Lei em questão, outros órgãos voltados à educação também atuam no combate e prevenção ao bullying no país, como o Ministério da Educação (MEC), que, recentemente, publicou um conjunto de orientações para as escolas desenvolverem programas para a prevenção e combate ao bullying, de modo que haja a conscientização entre alunos, pais e professores. Trata-se da Portaria 164, do dia primeiro de julho de 2024, que visa realizar estudos que abordem questões educacionais no combate ao preconceito, às práticas de bullying, assim como à discriminação nas escolas.

A Lei mais antiga no combate ao bullying, porém, é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n.º 8.069/1990). Tal Lei não menciona diretamente o termo bullying, mas garante uma infinidade de direitos importantes se considerarmos os princípios básicos do combate e prevenção a essa prática, principalmente no que diz respeito à proteção contra a violência, seja ela psicológica ou física, e à promoção de um ambiente saudável nas escolas. A Lei diz “[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990, online).

Isto é, assegura à criança e ao adolescente a proteção contra a violência e o bullying. Porém, tais garantias não refletem diretamente na redução do bullying.

Além disso, não é possível falar sobre resultados e o que pode ser feito para a redução e prevenção do bullying sem abordarmos a questão da capacitação dos professores para lidar com tal processo. Os educadores precisam ter ciência das políticas públicas no que diz respeito ao combate ao bullying. Isso quer dizer que é importante que eles conheçam os procedimentos e formas como a instituição aborda a prática, o que ajudará a ter a clareza de que suas intervenções estão conectadas com os procedimentos e diretrizes da instituição, mas também com as Leis que regulam tal tema.

Desse modo os professores devem saber identificar o bullying na prática e se envolver em ações que os permitam intervir, ou seja, apoiar e auxiliar as vítimas das práticas violentas,

porém baseado naquilo que sua função de educador proporciona por meio da autoridade exercida através da relação de poder aluno/professor no âmbito escolar, e auxílio dos mecanismos de ensino e aprendizagem, uma vez que o papel do professor continua sendo ensinar e colaborar para o desenvolvimento de seu aluno mesmo em situações de violência como o bullying.

Desse modo, os professores devem saber identificar o bullying e se envolver em ações que os permitam intervir, ou seja, apoiar e auxiliar as vítimas das práticas violentas. É importante ressaltarmos que a responsabilidade total em combater o bullying não é da escola ou do professor, uma vez que ambos estão ali para cumprir outro papel, aquele voltado ao ensino e à aprendizagem. Afinal, a escola não pode perder seu objetivo e funcionalidade principal, o desenvolvimento acadêmico de seus alunos. No entanto, existem algumas medidas simples que podem ser adotadas para o combate ao bullying no âmbito escolar, como:

1. Observar a maneira como os alunos se comportam. Aqueles que não interagem com os demais colegas, que não demonstram empatia em situações em que isso claramente seria esperado, ou que apresentam mudanças bruscas em seus comportamentos devem ser ouvidos de maneira respeitosa para possibilitar uma socialização.

2. Nos momentos necessários, acionar as famílias, informando-as dos acontecimentos e até mesmo tentando entender de que forma essa prática de violência pode estar impactando as demais relações desses alunos, além de discutir os direcionamentos que serão dados para a vítima e o agressor.

3. Havendo necessidade, encaminhar o caso para outras instâncias, até mesmo judiciais, caso ocorra a quebra dos limites de atuação da escola. Uma vez que esses limites forem ultrapassados, o ideal é que o caso seja encaminhado, uma vez que a escola e o professor podem ajudar até certo ponto. Contudo, o bullying não é um problema exclusivo da escola; embora ele ocorra no ambiente escolar, abrange outras esferas da vida da vítima.

Porém, a função de professor tem se tornado cada vez mais difícil, uma vez que se exige muito desses profissionais, mas não se investe na mesma proporção no que se refere à capacitação e ao desenvolvimento continuado desses profissionais, que, por muitas vezes, se veem sozinhos na sala de aula, tendo que lidar com situações de extrema violência. O professor, aliás, é, por diversas vezes, o primeiro a tomar conhecimento, seja porque a vítima se queixou para ele, ou por presenciar o bullying em sua sala, ou porque se torna também vítima quando os casos tomam proporções maiores, tal como o caso da professora assassinada no estado de São Paulo. Por isso, Fante (2005, p. 169) afirma que os profissionais da educação “devem ser capacitados para atuar na melhoria do ambiente escolar e das relações interpessoais,

promovendo a solidariedade, a tolerância e o respeito às características individuais, utilizando estratégias adequadas à realidade educacional que envolve toda a comunidade escolar”.

Segundo Fante (2005, p. 92), no que diz respeito à prevenção do bullying, é necessário que se comece pela capacitação não só dos professores, mas também dos outros profissionais da área da educação para identificarem, distinguir, bem como, conhecer determinadas estratégias para poderem intervir e prevenir, quando necessário, a fim de garantir o desenvolvimento pessoal e acadêmico do aluno dentro e fora do ambiente escolar.

Nessa perspectiva, existe um conjunto de experiências consideradas bem-sucedidas no que se refere aos programas de combate às práticas de violência, que conseguiram efetivamente diminuir os casos de bullying por meio de determinadas estratégias. Em geral, existe um déficit de informações com relação a esse tema e muita divulgação em torno da violência, mas poucos dados relativos à redução de bullying. Sempre que se pesquisa, os dados encontrados são sobre estratégias de redução ou conscientização sobre o tema, e não dados concretos que comprovem a redução do bullying.

Ainda assim, os resultados obtidos na Escola Estadual Senador Matias Beck (Fortaleza-CE) e na Unidade Escolar Elon Machado Moita (PI), no que diz respeito à adoção de posturas ativas na mediação da aprendizagem para a conscientização a respeito do bullying, são relevantes:

1. Com a iniciativa, a escola conseguiu melhorar a relação entre os estudantes e o corpo docente, além da relação entre os alunos.
2. Na UE Elon Machado Moita (PI), foi lançado o projeto “Pauta do Dia”, que, por meio de rodas de conversa, ajuda os estudantes com questões socioemocionais e outras preocupações. O resultado foi a melhora do comportamento dos alunos, da sensação de pertencimento ao ambiente escolar e também da aprendizagem.

Porém, na entrevista concedida e publicada pelo Instituto Unibanco, a diretora da Escola Estadual Senador Matias apenas relata as transformações, mas não cita os números referentes às suas afirmações, ou não demonstram comparativamente os números antes e depois das intervenções. A grande problemática aqui é que muitos órgãos desenvolvem propostas e programas para intervir contra o bullying, mas parecem esquecer de contabilizar e divulgar os resultados, dificultando o entendimento científico e empírico sobre se estamos realmente avançando na diminuição desses casos.

No que diz respeito aos dados referentes à diminuição dos casos de bullying em Alagoas, nos deparamos com o mesmo problema já citado. Existem programas e ações que, na sua

maioria, ocorrem apenas no dia 7 de abril, data em que é comemorado o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, mas que se limitam à prevenção pontual e não tem dados efetivos sobre os resultados dessas ações.

Por fim, é válido também mencionar o Programa Escola Sem Bullying®, desenvolvido em 2012 pela Abrace — Programas Preventivos, para auxiliar escolas e redes de ensino de todo o Brasil no combate e prevenção ao bullying escolar. O programa oferece todos os seus serviços conforme prevê a Lei 13.185/2015 — Lei de Combate à Intimidação Sistemática (bullying) nas instituições de ensino, e disponibiliza a implementação de seu sistema preventivo em formato bilíngue, português e inglês, permitindo até que, por meio de seu site, os interessados no programa inscrevam suas escolas. No entanto, em nenhum lugar do site constam os resultados obtidos, reforçando, mais uma vez, a escassez de informações relacionadas à diminuição da prática de bullying, seja nas escolas ou em qualquer outro lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com todos os dados apresentados nesta pesquisa, seja do ponto de vista do relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, ou das pesquisas realizadas por National Bullying Prevention Center - PACER's e Pesquisa de Competências Socioemocionais - SSES não é difícil perceber que, além de conceituar e discutir o fenômeno bullying nas escolas, é necessário discutir a ausência de medidas aplicadas a quem pratica esse tipo de violência, uma vez que muito se fala a respeito de prevenção e informação, mas há poucos resultados concretos. Conforme vimos, já existem leis para atuar na prevenção, como a Lei 13.185/2015, o que de fato é muito importante. No entanto, às vezes parece que se esquece que existem casos em escalas diferentes e que, dependendo do tipo de preconceito utilizado como base para a prática do bullying, como preconceito racial ou de gênero, uma simples conversa ou mesmo uma integração a programas antibullying pode simplesmente não ser suficiente e não funcionar.

Uma das maiores provas de que o problema do bullying ainda tem dificuldades de ser visto como um problema real e que de fato merece atenção da sociedade, da escola e do governo é que, em 2015, foi sancionada a Lei 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional, obrigando escolas a adotarem medidas de combate e prevenção ao bullying, e apenas em 2024, nove anos depois, foi incluído na Lei 14.811/2024 um artigo que configura a prática como criminosa. Isso demonstra que não se trata de um problema significativo para aqueles que defendem os interesses das crianças e

adolescentes que sofrem com esse tipo de violência nas escolas e em outros espaços. Afinal, nesses nove anos, quantas reportagens vimos nos jornais e na internet sobre a punição dos agressores ou sobre como esse programa reduziu efetivamente os impactos do bullying nas escolas e na sociedade? Em contrapartida, quantas não vimos nos alertando sobre mais um massacre, mais uma morte ou mais um atentado? Será que apenas prevenir, sem efetivamente punir os culpados, está dando certo? Acredito que a ausência de medidas concretas incentiva e prolonga as práticas de bullying.

Além disso, é fato que a escola representa para muitos alunos um “não-lugar”, e as consequências desse sentimento se refletem em suas vidas em inúmeras áreas, desde a dificuldade de criar e desenvolver relacionamentos, passando pelo medo e receio de serem expostos a situações de humilhação e preconceito, até o comprometimento de seu aprendizado e desenvolvimento escolar. Afinal, ninguém vai se sentir confiante, seguro e concentrado para estudar enquanto está sendo perseguido. A escola precisa tornar-se um ambiente acolhedor e emocionalmente estável justamente para que o aluno entenda que ali é um lugar onde ele pode se sentir bem e livre para desenvolver suas habilidades intelectuais. Uma vez que ele sofre bullying, não sobra espaço para pensar em outra coisa além de se livrar de seu agressor ou das situações de humilhação.

Isso não quer dizer que a escola precise abandonar seu papel de ensino e desenvolvimento, apenas indica que, além de ensinar conteúdos programáticos, a escola também estabeleça o ensino da formação de cidadania, uma vez que, por diversas vezes, os alunos irão precisar passar por situações em que será necessário trabalhar em equipe e respeitar as diferenças. A escola não é a principal responsável por resolver o problema do bullying no Brasil, mas não podemos esquecer que é principalmente na escola que ele ocorre. Sendo assim, é importante que a escola esteja direta e ativamente envolvida na intenção de prevenir e reduzir o bullying.

O fato é que a sociedade, de modo geral, ainda não enxerga o bullying como ele é: uma prática que somente agora, em 2024, pode ser vista como crime que afeta inúmeras esferas da vida de uma criança ou adolescente.

Aprendi durante a realização desse trabalho que, em primeiro lugar, o bullying é um problema muito mais complexo do que parece. Quando pensamos em estudar bullying e suas consequências, inicialmente podemos acreditar que se trata apenas de questões voltadas para a dificuldade no aprendizado ou na falta de interação com os colegas, mas o bullying retira das vítimas uma das coisas mais significativas: o sentido de lugar, de pertencer a um lugar. Afinal,

o lugar é a nossa casa, nosso refúgio, aquilo que nos faz bem para nos relacionarmos com quem gostamos e desenvolvermos nossas identidades e culturas.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria n. 614, de 01 de julho de 2024**. Grupo de Trabalho Técnico - GTT. Brasil: MEC, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990.

_____. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 20 out. 2024.

CARPENTER, Deborah; FERGUSON, Christopher J. **Cuidado! Proteja seus filhos dos bullies**. São Paulo: Butterfly, 2011.

COSTANTINI, A. **Bullying, como combatê-lo?: prevenir e enfrentar a violência entre jovens**. Tradução de Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

INSTITUTO UNIBANCO. **Dia do Combate ao Bullying e Violência na Escola: desafios e alternativas**. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/dia-do-combate-ao-bullying-e-violencia-na-escola-desafios-e-alternativas/>>.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz***. 2. ed. Campinas, SP: Veros Editora, 2005.

FANTE, C.; PEDRA, J. A. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artemed, 2008.

FARRINGTON, D. P. Understanding and preventing bullying. In: TOMMY, M.; MORRIS, N. **Crime and justice**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1993. p.. 381-382

FAVARO, Talita Neoti. **Bullying e aprendizagem: desafios e possibilidades no ambiente escolar**. 2009. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

KASS, David; EVANS, Phil; SHAH, Rita. **Bullying prevention is crime prevention**. Fight Crime: Invest in Kids, Washington, 2003. p. 1-26.

KOWALSKI, R. M.; LIMBER, S. P.; AGATSTON, P. W. **Cyberbullying**: Bullying na era digital. 2. ed. Wiley Blackwell, 2012.

LEITE, Adriana Filgueira. **O lugar**: duas acepções geográficas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

LEITE, Cristina Maria Costa. O conceito lugar na perspectiva da geografia escolar. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí-GO, v. 14, n. 2, p. 01–15, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/51792>>. Acesso em: 23 out. 2024.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999, 264p.

MASON, K. L. Cyberbullying (intimidação psicológica com a ajuda da tecnologia): Avaliação preliminar no ambiente escolar. *Psychology in the Schools*, Vol. 45(4). Universidade Estadual de Cleveland, 2008.

NATIONAL BULLYING PREVENTION CENTER – PACER's. **Rates of Incidence**. Disponível em: <<https://www.pacer.org/bullying/info/stats.asp>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, W.; SILVA, J. L.; YOSHINAGA, A. C. M.; SILVA, M. A. I. Interfaces entre família e bullying escolar: uma revisão sistemática. **Psico-USF**, Bragança Paulista, n. 20, v. 1, p. 121-132, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, J. C. C.; LOURENÇO, L. M.; SENRA, L. X. A produção científica sobre o cyberbullying: uma revisão bibliométrica. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 9, n. 1, p. 31-39, 2015. <https://doi.org/10.5327/Z1982-1247201500010005>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Além da aprendizagem acadêmica**: primeiros resultados da pesquisa sobre competências socioemocionais. Tradução de Fidem Traduções. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2022.

PRADOS, M. A. H. Menores y riesgos en la Red. Un dilema para los padres. III Congreso online- Observatorio para la Cibersociedad. 2006.

RIGBY, K., & Johnson, B. (2006). Expressou a prontidão dos alunos australianos para agir como espectadores em apoio às crianças que estão sendo intimidadas. *Psicologia Educacional*, 26(3), 425–440. <https://doi.org/10.1080/01443410500342047>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SARZI, L. Z. As implicações do bullying escolar na aprendizagem dos alunos: um olhar do professor. **Anais...** 11º Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 23 a 26 de setembro de 2013.

SENADO FEDERAL. Sancionada lei que criminaliza bullying e amplia punição para crime contra criança. Da Agência Senado, 15 jan. 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/15/sancionada-lei-que-criminaliza-bullying-e-amplia-punicao-para-crime-contra>>

crianca#:~:text=A%20Lei%2013.185%2C%20de%202015,preven%C3%A7%C3%A3o%2C%20diagnose%20e%20combate%20%C3%A0%20>. Acesso em: 03 nov. 2024.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SHARIFF, S. **Cyberbullying**: questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SMITH, P. K.; MORITA, Y. Introduction. In: SMITH, P.; MORITA, Y.; JUNGER-TAS, J.; OLWEUS, D.; CATALANO, R.; SLEE, P. (Eds.). **The Nature of School Bullying**: A cross-national perspective. London: Routledge, 1999.

TRISTÃO, L. A., Iossi Silva, M. A., de Oliveira, W. A., dos Santos, D., & da Silva, J. L. (2022). Bullying e cyberbullying: intervenções realizadas no contexto escolar. **Revista de Psicología**, Lima, v. 40, n. 2, p. 1047-1073, jul. 2022. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-92472022000201047&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2024. Epub 04 jul. 2022. <http://dx.doi.org/10.18800/psico.202202.015>.